

SESSÕES DO PLENÁRIO

56ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de junho de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Angelo Coronel Filho, Bobô, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Matheus Ferreira, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo e Vitor Bonfim. (32)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quer iniciar, deputada Olívia?

A Sr.^a Olívia Santana (fora do microfone): Sim, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia, iniciando o horário do Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, companheiros e companheiras que chegam a esta Casa, quero saudar todas as comunidades desta nossa grande Bahia pelo brilhante São João que nós passamos, pois foi um São João de paz, um São João de muita festa, muita alegria.

Eu percorri o Recôncavo Baiano. Tive a oportunidade de estar, também, com o nosso querido governador Jerônimo Rodrigues, porque ele fez uma agenda muito pesada e de presença real nos diversos municípios. Ainda, emendamos com Cachoeira ontem, na grande festa da independência que celebra a bravura do povo cachoeirano. A Independência do Brasil, na Bahia, passa pelo Recôncavo e passa, também, pela grande batalha do próximo dia 2 de julho, em Salvador.

Então, é uma agenda que não para, é uma agenda de muita ação e muita presença governamental nos nossos diversos municípios para anunciar obras e dar ordens de serviços.

Houve a presença do nosso querido presidente Lula em nosso estado nas cidades de Salvador e Feira de Santana.

Eu quero destacar os meus parabéns à Setre (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte) que, através da Sudesb, lançou hoje um grande aporte de financiamento oriundo de dois grandes e importantes programas para os atletas baianos. Trata-se do Programa FazAtleta, a contar com R\$ 10 milhões de investimento e do Programa Bolsa Atleta, a contar com mais R\$ 3,5 milhões, ambos durante este ano. Lançado na manhã de hoje, contou com as presenças de todas as federações esportivas como a de futebol, judô, natação, artes marciais, como muay thai, as mais diversas.

Então, envio as minhas saudações ao meu querido Marcelo Ornelas, aos nossos companheiros e às companheiras que fazem a gestão da Sudesb, ao lado do nosso querido diretor Vicente Neto, Davidson Magalhães, o governador Jerônimo Rodrigues e o vice-governador Geraldinho.

Hoje foi uma manhã muito festiva e bonita. Veio aquela criançada toda, aquela juventude participando do lançamento desses dois grandes programas. Para mim, como educadora e pedagoga, eu não tenho nenhuma dúvida da importância de articular esporte, educação e cultura na formação do nosso povo.

A Bahia é um dos poucos estados que manteve uma estrutura de governo relacionado ao esporte, com investimento específico para o esporte, com editais anuais de qualificação de agentes esportivos e de investimentos em diversos programas como canoagem, judô, futebol feminino. As diversas modalidades esportivas contam, sim, com o apoio do governo do estado da Bahia.

Portanto, ficam os nossos parabéns e o nosso abraço.

Ao mesmo tempo, fica aqui também o nosso pedido de garantia da quadra esportiva em São Sebastião do Passé. Isso é muito importante. A quadra é no distrito de Jacuípe. Essa é uma área pública. A gente já fez a visitação. Eu quero pedir ao governador e ao nosso secretário Davidson para, através da Sudesb, fazer a construção dessa quadra, pois ela é muito importante para a dinamização do esporte no município de São Sebastião do Passé.

Ao encerrar a minha fala, eu quero também mandar um grande abraço à prefeita de Cachoeira, Eliana, pois ela tem enfrentado grandes desafios. Mas nós estamos juntos com o governador Jerônimo, com o presidente Lula...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dando o suporte e o apoio necessários. Diversos parlamentares desta Casa dão também suporte à sua gestão.

Com certeza, estamos juntas nesta luta pela reeleição desta dupla que são as primeiras mulheres negras a assumir o governo de um município tão importante, como é o município de Cachoeira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar a palavra para o próximo orador, gostaria de fazer um pedido aos deputados que estiverem nos ouvindo, que estão em seus gabinetes, no restaurante e outras dependências desta Casa. Solicito aos deputados se dirigirem ao Plenário, pois devemos estar votando projetos na tarde de hoje. Favor comparecer ao Plenário, pois devemos ter votação na tarde de hoje.

Então, alguns deputados já deram as suas presenças, outros deputados ainda não marcaram as suas presenças.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, aqui, quero reforçar o apelo de V. Ex.^a, Sr. Presidente, para o comparecimento, em Plenário, de todos os deputados e deputadas. Muitos, inclusive, já falaram nesta tribuna. O deputado Arimateia está presente nesta sessão.

Alguns deputados já ressaltaram a importância da aprovação do PLC nº 154/2023. Quero reforçar a necessidade de os deputados se fazerem presentes ao Plenário da nossa ALBA, deputada Olívia, para a gente poder resolver, por fim, esta situação.

Quero que esta seja uma tarde em que a gente possa se despedir desta plaquinha “*Cadê o PLC 154/2023?*”, deputado Jurailton, pois ela passou meses e meses a reclamar junto com os diversos deputados, mas, principalmente, com defensores e defensoras. Digo isso porque a mobilização dos defensores e defensoras continua. Ainda hoje, eles estão em processo de paralisação numa expectativa muito grande, deputado Pablo, de que esta Casa, de fato, resolva esta situação.

O processo, na negociação, acabou se arrastando muito, mas nós chegamos. A notícia veiculada é a de que esta Casa receberá uma emenda, deputada Fabíola, para, de fato, nós termos a correção de uma situação insustentável para a Bahia. Vejam, a Bahia é o estado na penúltima colocação do ponto de vista da valorização de uma instituição central para todo o país.

O Brasil, felizmente, é um país extremamente rico, mas marcado pela negação de direitos. Mas, talvez, infelizmente, a Bahia seja o pior retrato disso, porque, além de ser um estado economicamente muito forte, como a sexta economia deste país, apesar disso, aliás, tem o índice de desenvolvimento humano muito, muito baixo. Todos sabem disso.

Todos conhecem a natureza do trabalho da Defensoria Pública país afora. Quem conhece especialmente, o significado da Defensoria Pública do Estado da Bahia sabe que pensar na correção desses problemas, pensar, portanto, na população mais vulnerabilizada passa, necessária e incontornavelmente, por considerar a Defensoria Pública do Estado da Bahia como um sujeito central nas mais diversas áreas.

Onde há a presença da defensoria pública, há resultados. E o trabalho de itinerância da Defensoria Pública tem sido feito no sentido de, nas comarcas onde não existe Defensoria, se ter a população, minimamente, contemplada no que é mais elementar.

Nós temos experiências em que multidões inteiras de uma cidade passam a ter direito a programas sociais dos governos federal e estadual simplesmente porque a Defensoria Pública conseguiu ter a sua presença.

Mas há questões extremamente complexas também como a questão ambiental. Há o problema hoje da letalidade policial, o problema da violência. Há um sem-número de questões que não esperam como a luta por moradia, a luta por educação. Deputada Fabíola, quanto à luta pela garantia do direito à saúde, essa tem tido, através da Defensoria Pública, um sujeito coletivo cotidiano na linha de frente do ponto de vista institucional para que o nosso povo seja minimamente respeitado.

E é esta a instituição que hoje tem os seus componentes, os seus defensores e defensoras, como eu disse, no penúltimo lugar no ranking de valorização de todo o país. Isso contrasta, inclusive, com a história da própria Defensoria Pública do Estado da Bahia, porque ela sempre foi vanguarda na defesa do que seria o conteúdo da própria defensoria pública em todo o Brasil.

A Defensoria Pública do Estado da Bahia é constituída por pessoas que são referências nacionais.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Como nós podemos considerar como algo que pode ser perpetuado que esses profissionais e essas profissionais não sejam, de fato, valorizados? Sim, inclusive, do ponto de vista político, para a afirmação dos principais traços dos mais caros da Defensoria Pública, nós tivemos esses profissionais à frente em todo o Brasil.

Então, hoje, deve ser, de fato, uma data histórica até porque, Sr. Presidente, para concluir, nós estamos perdendo profissionais no quadro da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Deputado Bobô, isso acontece porque não é apenas um problema da carreira, problema do salário, da não equiparação com o Ministério Público e o Judiciário. Há um problema de estrutura das defensorias públicas para funcionar. Muitos defensores e defensoras já atuaram na Bahia e passaram a ir para outros estados, porque eles querem fazer o seu trabalho, porque existem brasileiros e brasileiras em situação de extrema vulnerabilidade que precisam que a Defensoria tenha condições de realizar o seu trabalho. Então, são esses defensores que não abriram mão de estar neste território com tantas dificuldades e, hoje, não têm a valorização devida.

Por isso, Sr. Presidente, volto a dizer o seguinte. Quero, mais uma vez, apelar, já que existe um acordo geral nesta Casa de que o projeto, hoje, deve ser votado, que todos os deputados e deputadas se façam presentes para que a gente tenha uma tarde de festa para toda a Bahia.

Não é o destino de um conjunto de profissionais, ainda que eles mereçam, pela sua trajetória. Eu vou ficar muito contente em valorizar, porque conheço o que é a ação efetiva de defensores e defensoras da Bahia.

Mas, para além disso, é o próprio interesse da Bahia que está em jogo. E é esse interesse que deve falar ao coração de todo deputado e de toda deputada, nesta Casa, para se fazer presente. A gente deve realizar uma sessão que seja representativa, aprove a reestruturação da Defensoria Pública da Bahia e garanta, portanto, minimamente, uma sinalização de respeito a essa categoria que, como eu disse, é fundamental para pensar na própria dignidade do povo baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente e deputado Adolfo Menezes, nobres deputadas e deputados desta Casa, servidores e aqueles que ocupam, neste momento, as galerias, eu gostaria de falar e registrar que, durante o período de festa junina, uma festa importante, de uma tradição, de uma cultura, e que é uma festa muito generosa, quando as pessoas se abrem, abrem as suas casas. Ali, você come, bebe e dança. Assim, se faz esta alegria da vida.

O mais importante é que, no município de Caém, ali, no quilombo chamado Várzea Queimada, o governo do estado da Bahia, através da Secretaria da Educação, numa parceria com o município – a executora da obra foi a prefeitura de Caém – inaugurou o Centro Municipal de Educação Infantil Inês Maria de Jesus, na última semana. Talvez seja esse o melhor de todos que eu conheço na Bahia e uma das melhores creches do Brasil.

Isso mostra o que é este governo ao fazer questão de equipar um quilombo para que as suas crianças tenham a oportunidade de se socializar mais cedo, de aprenderem. É provado cientificamente que as crianças que têm acesso à creche têm uma facilidade muito maior de aprendizado e de conclusão dos cursos posteriores.

Esse centro teve um valor de investimento de R\$ 3 milhões. Foi um valor significativo para uma obra que vai atender, com conforto e com segurança, mais de 75 crianças de 0 a 5 anos de idade. Então, eu queria parabenizar a Secretaria da Educação, a secretária Rowenna e o governador Jerônimo Rodrigues, porque foi justamente no período anterior, quando ele era secretário da Educação que ele compreendeu essa necessidade e teve essa sensibilidade e, principalmente, negociou isso com a direção daquele movimento, com a participação do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil), movimento nacional presente naquela comunidade.

Então, aquela comunidade, o Quilombo Várzea Queimada, já tem em sua infraestrutura produtiva e social unidade de beneficiamento de mandioca, fabricando biscoitos, já tem uma casa de mel, já tem um programa habitacional com as melhores casas que eu conheço e agora complementa a assistência educacional e social para as crianças daquele quilombo.

E o que tem ali de diferente dos outros? Neste estado, nós temos a maior população quilombola deste país, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) mas temos ali justamente a capacidade organizativa, a capacidade de luta, a capacidade de resistência daquele povo. Então, isso é uma demonstração de que a luta vale a pena.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Quero parabenizar o governador Jerônimo Rodrigues por essa obra de simbolismo muito forte, cuidar justamente das crianças quilombolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, imprensa, membros da galeria, hoje é um dia extremamente importante, deputado Hilton, porque há expectativa real de votação do PLC nº 154/2023. Vem sendo apoiada, pela maioria desta Casa, a sua unanimidade. Ele representa não apenas a reestruturação da carreira da Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública da Bahia, mas também uma recomposição salarial pleiteada há muito tempo.

Entendemos que as últimas gestões, e aí me refiro às gestões de Cleriston Macedo e de Rafson, que conseguiram algo extremamente importante, a interiorização da Defensoria na assistência judicial gratuita, na mediação de conflitos, hoje a maioria dos defensores está no interior do estado, onde são mais necessários. Isso foi permitido através de um projeto anteriormente votado para a progressão na carreira sem sair do interior.

É verdade que a lei da Defensoria de 2006 tramitou nesta Casa, com a iniciativa, em 2022, do PLC nº 147/2022, quando o deputado Marcelino Galo era presidente da Comissão de Constituição e Justiça e eu tive a oportunidade de ser a sua relatora, no entanto, houve um entendimento da categoria que havia modificações a serem feitas, ele então se tornou o PLC nº 154/2023. Houve a tentativa de votá-lo no fim de dezembro de 2023, deputado Marcelino Galo, mas não houve acordo, infelizmente, e a sua votação foi adiada até que esse diálogo pudesse ser efetivado. Esse diálogo foi feito através da defensora-geral Firmiane; da representante da Adep, Tereza, que se reuniram; e através do governo do estado.

Mas uma coisa mais importante do que a justa reestruturação da carreira; do que reestruturação da Lei Orgânica da Defensoria, legítima na Bahia; do que a sua interiorização, é esse projeto ser de iniciativa da Defensoria. Isso é muito importante, emblemático e estratégico, deputado Rosemberg. V. Ex.^a também sempre defendeu, como nós, a autonomia da Defensoria ao ser a autora do PLC nº 154/2023, que vai sofrer emendas acordadas pela categoria, emendas possíveis, para que a gente efetive essa tão sonhada reestruturação.

Essa autonomia é mais emblemática ainda e mais importante do que a própria reposição salarial, tão necessária em função da inflação dos últimos anos, em função do merecimento da Defensoria como integrante do sistema judiciário, porque ela serve à população mais vulnerável, mais carente, deputado Bobô.

Nós sempre a defendemos aqui, porque a Bahia é um estado pobre e ainda precisa de muita igualdade, ainda precisa de muita justiça social. Certamente a Defensoria e os defensores efetivamente merecem ter esse reconhecimento também em forma de pecúnia.

Quero parabenizar o deputado Alan Sanches, o deputado Rosemberg, que vão permitir a votação com dispensa de formalidade.

Mas eu quero aqui saudar a todo o São João na Bahia. Saudar o governo do estado pelos investimentos no São João, a maior festa popular cultural. Teve também a possibilidade de todos os prefeitos, que quiseram, participarem dos editais. Eu particularmente vim de um grande São João, o São João de Irecê, estava extremamente bem-organizado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu estava ontem no São João de Cachoeira, onde foi feito o anúncio pelo governador Jerônimo Rodrigues... no 25 de junho, data magna de Cachoeira, data na qual começou, deputado José de Arimateia, a independência do Brasil na Bahia, porque foi o povo pobre, as mulheres, os negros, os indígenas de lá que começaram a resistência ao governo português e a luta por liberdade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, presidente, a data de 25 de junho, deveria constar, deputado Hilton, nos anais, nos livros didáticos de todo Brasil, porque as lutas de resistência, deputado Pablo, foram, na sua maioria, do povo baiano, que tem essa característica. E não apenas isso, a data de 25 de junho, a data de 7 de Setembro, são importantíssimas, mas a data do 2 de Julho...

Ontem, na Câmara Municipal da Cachoeira, o governador leu uma matéria, deputado Marcelino, dizendo que encaminhou ao ministro da Educação Camilo Santana um pedido para que o 2 de Julho constasse nos livros didáticos brasileiros como efetivamente a data da definitiva independência do Brasil na Bahia, considerando o 25 de junho. O 7 de Setembro também é importantíssimo, mas nós temos de defender também o 2 de Julho, uma data extremamente importante e, muitas vezes, apagada dos livros de História, dos livros que são escritos que muitas vezes são eurocêntricos.

Então eu quero saudar todo o povo de Cachoeira, a prefeita Eliana Gonzaga e quero parabenizar a iniciativa do nosso governador, que vai sugerir isso ao ministro Camilo Santana, para que se faça justiça na história do povo brasileiro com o povo heroico, não apenas de Cachoeira, mas com o povo heroico da Bahia.

Então, tive uma grande satisfação ontem, nesse 25 de junho, uma data magna do povo cachoeirano, que iniciou as lutas pela independência, e também a marca do 2 de Julho de 1823, deputado Leandro, V. Ex.^a que é um deputado baiano, sem tirar

nada do 7 de Setembro, mas nós deputados baianos precisamos defender o 2 de Julho como integrante nos livros didáticos de todo o país.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, devemos ter votação nesta tarde e temos apenas os deputados Bobô, Olívia, Hilton, Alan Sanches, Matheus, Rosemberg, Leandro, Arimateia, Fabíola, Hassan, Luciano, Marcelino Galo, Marcelinho, Tiago e o deputado Pablo, dono de Feira de Santana. Portanto, não temos número suficiente para votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma. Não vou encerrar a sessão, estou somente chamando a atenção dos deputados que se encontram nas dependências desta Casa, nos gabinetes, no restaurante, já que devemos ter votação hoje à tarde.

Para continuar no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

Primeiro, eu queria falar para o nosso líder, aliás, o líder do Governo, Rosemberg Pinto, V. Ex.^a está vendo que faltam cinco deputados para ter quórum de votação. A pergunta que dirijo a V. Ex.^a é: o projeto da Defensoria Pública já está pronto, excelência? Porque ele já foi para a Governadoria da Bahia desde dezembro do ano passado e até agora V. Ex.^a não deu essa explicação.

A pergunta é se, por exemplo, chegarem os cinco deputados aqui, se o projeto não estiver pronto, então não vai ser aprovado hoje? V. Ex.^a tem o dever de deixar claro essa explicação agora para a imprensa da Bahia o porquê de o projeto da Defensoria Pública não estar pautado para hoje. Primeiro, porque vai ter quórum. Se houver quórum V. Ex.^a explica. Depois, se não houver quórum, aí V. Ex.^a vai falar...

O Sr. Rosemberg Pinto: V. Ex.^a quer que eu responda?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Não, eu estou no Pequeno Expediente e não posso dar apartes, não posso dar voz à V. Ex.^a. Inscreva-se para falar, excelência.

O Sr. Rosemberg Pinto: Foi V. Ex.^a que me perguntou. (Risos)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Não, eu estou perguntando, mas V. Ex.^a tem de vir aqui à tribuna. V. Ex.^a quer tomar o meu tempo todo? Não, V. Ex.^a terá de se inscrever, e poderá fazer isso, até porque vão chegar os deputados que estão no cafezinho, os deputados que estão nos gabinetes vão se dirigir ao Plenário. Até porque, deputado Rosemberg, esta é a última sessão. Se não for votado hoje, vai entrar o recesso na próxima semana. Então, os trabalhos só vão retornar no mês de agosto. Era isso a primeira coisa que eu gostaria de falar.

A segunda coisa, e eu quero me dirigir a todos os deputados desta Casa, Sr. Presidente, inclusive, quero dizer a V. Ex.^a que eu estive em sua cidade, não tive como pedir autorização a V. Ex.^a para entrar lá, porque eu estava me dirigindo a Bonfim, mas tive de parar para pernoitar em sua cidade. Fui muito bem recebido pela população da sua cidade, Campo Formoso.

Mas, Sr. Presidente, semana passada, saiu uma matéria preocupante nos jornais: o Martagão Gesteira (lê) “anunciou o fechamento de uma das três salas de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A razão qual é? A falta de recursos para se manter.”

Todos nós sabemos que existem recursos do governo federal para o Martagão Gesteira, existem recursos do governo do estado para o Martagão Gesteira e existem também recursos dos municípios para o Martagão Gesteira, mas o maior problema é que, segundo as informações que temos, as instituições como o Ministério da Saúde, como o governo do estado não estão pagando em dia os repasses, estão demorando 3 meses, deputado Marcelino Galo. Então, como o Martagão Gesteira pode manter uma estrutura, principalmente na questão da UTI?

Deputada Fabíola Mansur, essa é uma discussão que a gente tem de trazer para a Comissão de Saúde, para esta Casa de uma forma geral, porque nós deputados podemos fazer um pacto com o Martagão Gesteira dentro das emendas que nós temos. Os deputados têm emendas, principalmente as emendas que estão acumuladas, como eu que tenho mais de R\$ 5 milhões em emendas acumuladas, sem serem liberadas, as emendas de 2021, 2022, 2023. É claro...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que a gente espera é que agora, em 2024, a coisa possa fluir.

Então, Sr. Presidente, eu faço aqui esse apelo, porque reconheço e conheço o trabalho importantíssimo que o Martagão Gesteira tem feito pela saúde pública, pela salvação de muitas pessoas no sentido de serem atendidas. Aquilo que a medicina pode fazer o Martagão Gesteira tem feito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) principalmente com atendimento nas questões das crianças, dos jovens que têm chegado naquela instituição.

Então, dez leitos do Martagão, da UTI, já foram desativados por falta de recursos. Não tem condições de manter essa estrutura se os governos – governo federal, governo do estado e os prefeitos – não fizerem o repasse para a instituição. Nós, deputados, podemos, sim, fazer esse repasse no sentido das emendas para ajudar essa instituição tão valiosa que é o Martagão Gesteira.

Era isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas, servidores, imprensa. Subo, venho a esta tribuna, na realidade, para externar uma grande preocupação em razão da última decisão do STF, que, na realidade, não apenas desrespeita o povo brasileiro, desrespeita o parlamento, uma vez que invade a competência do legislativo em âmbito federal, mas desrespeita também todas as forças de segurança em nosso país com a notícia de que, infelizmente, por maioria, o STF decidiu que não é crime portar maconha para uso pessoal.

Nós temos uma realidade muito dura de famílias que são destruídas pelas drogas, pelo vício, de filhos que se perdem em meio a essa questão que envolve as drogas, e estamos vendo o STF contrariando a vontade popular. Nós temos no parlamento, em âmbito nacional, a representatividade popular, que não está sendo respeitada, e a Suprema Corte, invadindo uma competência, resolve descriminalizar o porte de maconha.

Mas fica aqui a pergunta: onde os maconheiros vão comprar essa droga? Onde os maconheiros vão comprar a maconha? Se descriminaliza o porte da maconha, fica a pergunta: onde esses maconheiros, esses viciados, onde eles vão comprar a droga? Então, é inegável que isso, inclusive é a opinião de especialistas em segurança pública, fortalece as facções, fortalece o tráfico de drogas.

É terrível, essa decisão, de fato, traz um grande transtorno e destruição à família brasileira. Eu espero que realmente o Congresso Nacional venha se posicionar, resgatar a sua competência, que vem sendo cotidianamente invadida pela Suprema Corte, para que, efetivamente, a tripartição de Poderes se restabeleça em nosso país.

Na contramão, indiferente ao que o STF decidiu, aqui, na Bahia, eu estou trazendo uma proposta, um projeto de lei, e eu espero poder contar com o apoio dos colegas, de todos.

Falamos aqui, de maneira rotineira, em combater as agressões ou os agressores sexuais, ou de combater aqueles estupradores ou os abusadores. Hoje mesmo, eu protocolei um projeto, meu colega Arimateia, que visa criar uma lista, uma lista, em que venha constar todos aqueles que já foram condenados por estupro, estupro de vulnerável, agressões sexuais... Para quê?

Para que as instituições, para que o estado, para que o poder público tenha poder e exatamente para que essas informações venham impedir, ou tentar impedir, que esses sujeitos que já foram condenados definitivamente pratiquem essas condutas aberrantes, que destroem vidas, que deixam sequelas na vida de mulheres.

Está aqui, eu conto com o apoio dos colegas para que haja, neste estado, uma lista formal em que conste o nome de todos os estupradores condenados, os agressores, os abusadores de crianças para que eles sejam monitorados de maneira frequente. Isso é importante.

Nós temos que fortalecer o estado para combater o crime...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e não para facilitar a vida do criminoso.

Que esta Casa esteja envolvida neste propósito de, verdadeiramente, proteger mulheres e crianças contra quaisquer tipos de abusos, abusadores e criminosos sexuais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Bobô vai falar? Está afônico?

O Sr. Bobô (fora do microfone): Vou falar, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde, Srs. Deputados, Deputadas, eu espero, presidente, que possamos hoje, como foi combinado, ajustado, votar o projeto da Defensoria Pública, especialmente, principalmente, porque estávamos no interior, a grande maioria dos deputados aqui presentes retornou do interior para apreciar o projeto e votar favoravelmente a ele.

Também espero que a gente possa votar projetos de deputados já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça, já que isso também foi o acordado, principalmente dos deputados que estão presentes hoje aqui na Assembleia Legislativa da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria, primeiro, de parabenizar a Bahia por proporcionar, talvez, a melhor festa do mundo, e não é o Carnaval, a melhor festa do mundo é o São João, é o Santo Antônio, é o São Pedro. Nós, que adoramos a festa de São João e o mês junino, sempre dizemos que o mês de junho é o melhor mês do ano justamente porque podemos acompanhar as festas, apreciar essa tradição e, obviamente, usufruir também da mesma.

Nós tivemos o Santo Antônio, o São João e vamos ter agora o São Pedro, seguramente, como as melhores festas deste país, e realizada aqui na Bahia. Então, para nós, é motivo de muita satisfação termos a participação direta do governo da Bahia, principalmente com a Sufotur, de alguma maneira, patrocinando, investindo, nessa que nós entendemos que é a festa mais importante do calendário baiano.

Até porque todas as cidades da Bahia, eu acredito que pouco mais de 300 cidades, realizaram o seu Santo Antônio, realizaram o São João e realizarão também o São Pedro, algumas delas a partir do dia 28, outras a partir dos dias 6, 7 e 8 do mês de julho.

Portanto, este é realmente um momento muito importante para a Bahia porque potencializa, deputada, principalmente, a economia local. E a gente sabe o quanto é importante ter cidades pequenas, cidades de médio porte, cidades de grande porte com suas economias aquecidas, gerando postos de trabalho e, assim, melhorando a condição das pessoas que ali moram, que ali residem e recebem os visitantes, enfim, os turistas que adoram o São João.

Eu também, presidente, gostaria de lamentar a minha ausência hoje em um evento pela manhã, um evento que tem muito a ver conosco, a questão do esporte. No evento, aconteceu o lançamento da majoração dos valores em um projeto que eu tive a honra de ser o criador, que é o Bolsa Esporte, quando eu era ainda diretor da Sudesb, no governo Jaques Wagner.

Nós iniciamos um programa muito importante inspirado na filha de uma vendedora de acarajé que era nadadora, a criança tinha apenas 11 anos de idade e já era uma das meninas mais talentosas na natação baiana. E, em uma matéria que passou na televisão, se não me engano, no *Globo Esporte*, ela e a mãe falavam sobre as dificuldades para terem dinheiro para o transporte, etc, etc, para poder treinar e logo depois ir à escola.

Então, nós criamos a bolsa inspirados nessa jovem, hoje essa bolsa é uma realidade, a Bolsa Esporte, associada também ao programa FazAtleta, que se potencializou muito. O governo está abrindo mão de ICMS, renunciando ao ICMS, aumentando a renúncia de 3% para 5% para que mais empresas possam patrocinar, viabilizar não só os atletas de alto rendimento, mas principalmente os eventos esportivos aqui na Bahia.

Ele, hoje, o governador Jerônimo, anunciou esses dois investimentos ao lado do secretário Davidson Magalhães; ao lado de Vicente Neto, da Sudesb; de Diogo; de Gustavo Miranda...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de pessoas que trabalharam, e muito, para que a gente pudesse votar aqui essa majoração dos valores, ampliando-se também a renúncia de ICMS pelo governo do estado para que esses dois programas de governo, o FazAtleta e o Bolsa Esporte, possam produzir melhor, ainda mais, e ser muito mais importante na vida dessas pessoas, desde o atleta de iniciação, da base, até, especialmente, aqueles que, hoje já representam a Bahia nas Olimpíadas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) já estão garantidos nas Olimpíadas, agora, em Paris.

Então, para finalizar, quero parabenizar aqui o governador pela sua sensibilidade com relação a isso. Eu ainda tentei convencê-lo a botar o lançamento em outra data, em outro horário para que eu pudesse estar presente, mas, infelizmente, acabei chegando somente agora, às 14h30min, e não pude participar desse momento tão feliz, tão importante na vida dos atletas baianos.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Luciano. Vai falar, Luciano? (Silêncio) O deputado Hassan vai falar? (Silêncio)

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Eu vou aproveitar, pois são 15h30min – viu, deputado Tiago Correia? –, para combinar com o presidente, já que são 15h30min, de já entrarmos no Grande Expediente e, assim, podermos ganhar tempo. Pode ser?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Já vamos entrar no Horário das Representações Partidárias, já acabou o tempo do Pequeno Expediente. Pode ser?

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Então, eu falarei por 5 minutos, depois a gente vai para as representações.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, visitantes que estão nas Galerias Paulo Jackson, deputado José de Arimateia, se eu estivesse assistindo, pela televisão, à sua fala, eu acharia que V. Ex.^a, além de deputado, é defensor público. Como eu sei que V. Ex.^a é apenas um defensor da Defensoria junto com os outros 62 deputados da Casa, estamos trabalhando, sim, para votarmos o projeto, os ajustes foram feitos e estes nada têm a ver com o Executivo.

É um projeto em que a associação e a Defensoria, por meio da sua defensora pública-geral, negociaram. No Executivo, foi apenas a questão financeira. Durante o São João, foram feitos todos os debates, e se chegou a um denominador comum. Como esse projeto é um projeto original, nós estávamos discutindo um formato que não gerasse nenhum tipo de problema, que definisse se a emenda poderia ser feita pelos relatores ou se seria feito um outro projeto.

Então, nós tínhamos essas duas opções. Para não gerar dúvidas, nós discutimos com a área técnica aqui e a Dr.^a Firmiane. Como tudo aqui é on-line, inclusive o próprio Diário Oficial, a ideia é que o projeto já venha com as alterações, neste exato momento ela o encaminhará eletronicamente. Daqui há uns 20 minutos, ela vai chegar, inclusive, com o material impresso, e nós vamos criar... Nós, que eu falo, é a secretaria aqui da Casa, que vai criar todas as condições para que possamos votar o projeto na integralidade, sem necessidade de colocar emenda de relator, para que não haja qualquer dúvida lá na frente.

No que pese eu entender que poderia haver emenda de relator... Porque emenda de relator não pode nos projetos que gerem custo para o Executivo. Nesse caso, não gera custo para o Executivo, não altera os valores do projeto original, é apenas a sequência de pagamentos dos valores que já estão no projeto. Mas, ainda assim, para não gerar dúvida, nós – o deputado Alan, a Mesa Diretora da Casa e eu – optamos para que nós façamos isso pelo projeto, na sua integralidade.

Queria pedir desculpas por essa tosse.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ontem, em Cachoeira, a deputada Fabíola Mansur me serviu suco de laranja e suco de abacaxi e, certamente, deve ter ficado algum cisco na garganta. Nós saímos ontem à noite de lá, enquanto ela ficou, certamente, fazendo as orações dela na igreja que fica em frente à sua residência.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas, presidente, quero aproveitar para deixar registrado o tamanho das festas juninas dos municípios da Bahia, entre Santo Antônio e São João, por iniciativa de diversas instituições, sendo uma parcela delas quase que financiadas em sua plenitude pelo governo do estado da Bahia.

Em todos os lugares que eu passei, vi a marca do governo do estado da Bahia, numa demonstração de como o governo compreende a importância dessas festas tradicionais na cidade, deputado Bobô. Estive em Senhor do Bonfim e, mesmo em uma cidade cujo prefeito tem adversidade com o nosso projeto, havia a marca do governo do estado da Bahia, por meio de investimentos que foram feitos e também por meio de emenda dos deputados desta Casa. Eu quero parabenizar a todos os deputados da Base do Governo e da Base da Oposição que, por meio das suas emendas, também fizeram valer esse São João.

Fala-se muito do Carnaval. O Carnaval é a maior festa da cidade de Salvador, mas a maior festa da Bahia, a maior tradicionalidade da Bahia, é o São João. São 417 municípios onde as famílias se movimentam numa festa extremamente familiar que hoje, inclusive, agrega um número de visitantes muito grande. Isso é um orgulho para

a Bahia. Eu me sinto orgulhoso, porque, quando eu estava na Petrobras, nós iniciamos um investimento que acabou ampliando muito o São João na Bahia. Carrego no meu histórico questionamentos, porque, à época, Senhor do Bonfim, Amargosa, Cruz das Almas e outras cidades eram as cidades que tinham tradicionalidade do São João e eram geridas pelo Partido dos Trabalhadores. Parecia que eu tinha feito, como dirigente da Petrobras, aporte para essas cidades porque eram dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores. Mas a Petrobras voltou a atuar novamente nessa festa. Também já foram contempladas 35 cidades com patrocínio da Petrobras e me sinto orgulhoso, deputada Fabíola, de poder ter reiniciado essa tradicionalidade aqui. Nós ultrapassamos Pernambuco, Paraíba e Ceará nas festas juninas no nosso estado, do ponto de vista de repercussão nacional.

O São João era sempre Campina Grande e Caruaru. Hoje, qualquer cidade da Bahia tem uma repercussão do São João do mesmo tamanho ou maior do que essas cidades de outros estados.

Nós também não podemos deixar de registrar que o ex-secretário de turismo do vosso partido, o ex-deputado Leonelli, teve também uma importância muito grande na ampliação da participação do estado nos festejos juninos, que, de lá para cá, têm sido um grande sucesso, expondo a marca do governo do estado nessa tradicionalidade do São João da Bahia.

Então, presidente, eu quero agradecer e dizer que o governador Jerônimo Rodrigues rodou as diversas cidades, acompanhando o investimento do São João feito pelo governo, ou seja, um governador que, além de fazer o investimento, foi fiscalizar o bom investimento do governo do estado nesses festejos juninos, principalmente, no Recôncavo da Bahia.

Muito obrigado. Vamos sem dúvida alguma às...

(Intervenção fora do microfone.)

Não. Olha, hoje, além do projeto da Defensoria, nós acertamos, para os deputados presentes e em comum acordo com o deputado Alan, que apreciaremos nesta tarde projetos que passaram na Comissão de Constituição e Justiça ou na Mesa Diretora da Casa, ou projetos de utilidade pública. Quero agradecer aos parlamentares, porque votamos a LDO e, ainda assim, os parlamentares estão trabalhando depois dos festejos juninos, entre São João e São Pedro.

Isso, Presidente, é muito importante para a sua gestão, uma vez que há atividades da Assembleia Legislativa mesmo neste período de festejos juninos no estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, vou passar a palavra para o deputado Hilton. Horário das Representações...

Quer falar, deputado Hilton?

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não? O deputado Hilton passa a palavra.

Deputado Rosemberg, V. Ex.^a, como líder do Governo, fez acordo com o deputado Alan? Porque nós não temos números para votar o projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, nós ainda vamos entrar no Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, representações. O.k., então...

O Sr. Rosemberg Pinto: Nós fizemos um acordo que votaríamos esse projeto, dispensando todas as formalidades, obviamente incluindo o quórum legislativo, porque, quando se dispensa formalidades especificando o quórum, não há problema. Então, eu acho que nós temos condição, sim. Foi um compromisso meu e do deputado Alan, feito no final do ano passado. Eu não tenho dúvida de que o deputado Alan dispensará... Aliás, eu acho que já está dispensada essa formalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., então a gente já pode ir para a votação ou vai chamar as representações?

O Sr. Rosemberg Pinto: Chamar as representações, porque, por uma questão técnica, a defensora está encaminhando um novo projeto. Eu acho que, em torno de 20 minutos, a gente terá condição...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., com a palavra o deputado Tiago.

A deputada Olívia não gosta de falar... Olívia, não, a deputada Fabíola não gosta de falar, portanto o deputado Tiago por 5 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

É porque a deputada Fabíola Mansur não gosta de falar. Ela já falou hoje e quer falar de novo. Deputada Fabíola, daqui a pouco V. Ex.^a fala novamente. Estão me dizendo e não pediram segredo, deputado Alan, que ela só perde para Olívia, que também não gosta de falar. Graças a Deus, deputada Olívia!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa, amigos da imprensa que nos acompanham, amigos das galerias que aguardam ansiosos a votação desse importante projeto da Defensoria Pública, o qual, por tanto tempo, tramitou nesta Casa e, hoje, enfim, com certeza será aprovado por unanimidade por todos os parlamentares que ocupam hoje este Plenário.

Sr. Presidente, venho, mais uma vez, a esta tribuna fazer um apelo a esta Casa, ao governo do estado, ao governo federal, aos ministros de Estado, ao Ministério Público Estadual e Federal, porque a Bahia não aguenta mais tamanho descaso que vem acontecendo nos trechos da BR-116 e da BR-324, que estão sob a concessão da Viabahia. Na semana passada, eu já anunciava os enormes engarrafamentos e os inúmeros acidentes que aconteceriam em face do desrespeito total aos cidadãos baianos que pagam o pedágio desde 2010, há quase 15 anos. Essa concessão é considerada a pior do país, pois entrega um péssimo serviço à população baiana e à população brasileira que trafega pela BR-116, desde o Sul do nosso estado – na divisa

com Minas Gerais – até o município de Feira de Santana, e pela BR-324, de Feira de Santana até a nossa capital Salvador.

Realmente, o que nós vemos é o não cumprimento do contrato, é um total descaso, inúmeros acidentes com vítimas fatais. E agora, no São João, mais uma vez, se repete a mesma agonia de todo ano, que é praticamente a totalidade da BR-324 engarrafada. Filas de engarrafamento nos trechos próximos às grandes cidades, como Jequié e Vitória da Conquista, mas a Viabahia nada faz.

Então, Sr. Presidente, eu acho que já chegou a hora e não dá mais para esperar uma solução anunciada pela Viabahia, que busca com o governo federal, inclusive, ampliar o prazo dessa concessão, pois ela será prejudicial à Bahia e aos baianos. Mais uma vez, eu venho pedir a intervenção federal nesse contrato para que se suspenda, deputado Rosemberg, a cobrança do pedágio até que uma solução seja encontrada. O que não pode é a população pagar o pedágio e a Viabahia não entregar o que está previsto em contrato.

No mais, quero parabenizar todos os prefeitos do interior pelo mais importante período festivo do nosso estado – como V. Ex.^a colocou, deputado Rosemberg –, quando os 417 municípios realizam os festejos juninos. Inclusive, há os que ainda vão realizar festejos durante esta semana, já que temos Santo Antônio, São João e São Pedro. Então, nós ainda teremos festejos em diversos municípios. Alguns anteciparam, outros fizeram na data do São João e, nesse final de semana, ainda continuam os festejos juninos. Quero parabenizar os prefeitos que mantiveram e mantêm viva essa tradição da população que – como V. Ex.^a colocou – sai muito de uma cidade para outra, principalmente da nossa capital, para rever a família, rever os amigos, rever os parentes, numa festa totalmente familiar, totalmente cultural, que abrilhanta não só a Bahia, mas todo o Nordeste.

Eu não poderia deixar de parabenizar o prefeito Oberdan Rocha, de Barra do Choça, que fez um São João belíssimo. Eu estive lá, no dia do aniversário da cidade, no último sábado, entregando uma viatura da Polícia Militar. Estive também em Itapetinga, entregando uma viatura da Polícia Militar, com o deputado Rosemberg Pinto e a pedido do prefeito Candinho, de Itambé, que compõe a 8.^a Companhia e atende os municípios daquela região. Então, entregamos esses dois importantes equipamentos para reforçar a segurança pública do nosso estado.

Mas, o que queria trazer, deputado Rosemberg, V. Ex.^a que é votado lá, é o convite do prefeito Professor Maurício, de Santa Cruz da Vitória, que tem a honra de convidar a todos para a programação dos 62 anos de emancipação política daquele município. Na ocasião, haverá diversas inaugurações e homenagens, começando já no dia 3 de julho, quarta-feira, com a Feira do Cidadão, o dia inteiro. No dia 4 de julho, quinta-feira, terá a inauguração da sala de jogos do CMEJG, apresentação da obra de pavimentação da Rua Francisco Guimarães, inauguração da quadra do Colégio Stela Dalva, inauguração da Praça da Bíblia, lançamento da pedra fundamental do novo bairro; e, às 22h, já começam os shows de comemoração, com Zezo Potiguar e outras bandas. No dia 5 de julho, sexta-feira, às 9h, teremos o hasteamento da bandeira; às 10h, a nossa missa solene; à noite, mais shows; às 22h já começam Toque Dez e outras bandas regionais. No dia 6 de julho, sábado, teremos a

nossa tradicional cavalgada que começa às 14h; e, às 22h, mais shows musicais com Netto Brito e outras bandas. E, para encerrar, no dia 7 de julho, domingo, às 22h, nós teremos Devinho Novaes, Guig Ghetto e diversas outras bandas, deputado Rosemberg, para parabenizar o querido município Santa Cruz da Vitória pelos seus 62 anos. Estendo esse convite a V. Ex.^a, que é votado lá, para que possamos, com o prefeito Professor Maurício, comemorar e rever os amigos.

O Sr. Rosemberg Pinto: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. TIAGO CORREIA: Um aparte para o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Tirando essa última parte sobre Santa Cruz da Vitória, porque certamente eu não sou bem-visto pelo prefeito...

O Sr. TIAGO CORREIA: Mas o é pela população, deputado Rosemberg. Isso é o que importa.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pois é, pela população e isso é o que importa. Mas, olhe bem, tirando isso, eu quero dizer que, realmente, o prefeito Oberdan, de Barra do Choça, fez um São João espetacular. Quero parabenizá-lo e dizer da alegria por tê-lo como amigo, parceiro e por você ser o deputado mais votado daquela cidade, ligado, inclusive, ao prefeito Oberdan.

Mas eu queria parabenizar, deputado Tiago, a sua postura no meio do São João, quando nós fomos juntos a Itapetinga. Numa emenda de V. Ex.^a destinada à 8ª Companhia Independente da Polícia Militar da Bahia, no Médio Sudoeste, V. Ex.^a teve o cuidado, mesmo com a emenda sendo de sua iniciativa, de convidar a mim, o prefeito local e convidar as duas representações do PT e do PSD de lá.

Eu acho que isso é uma coisa que nos orgulha muito, porque, nesses momentos, a pluralidade das opiniões se juntando para entregar um equipamento como esse, colocado por V. Ex.^a, foi de uma postura extremamente orgulhosa para todos nós aqui, na Casa Legislativa.

O Sr. TIAGO CORREIA: Obrigado, deputado Rosemberg. A gente que agradece por essa amizade e parceria, entendendo que tudo que é feito pela Bahia e pelos baianos deve ser feito em parceria, em comunidade entre os deputados, em comum acordo, pensando que o bem final sempre é para a Bahia e para os baianos.

É isso que eu trago, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, muito obrigada pela oportunidade de a gente, aqui, usando o Horário das Representações Partidárias, fazer uso da palavra.

Vejo que V. Ex.^a, muitas vezes, se refere a mim e à deputada Olívia como pessoas que sempre querem falar. Mais do que isso, Sr. Presidente, eu acredito que a gente sempre tem muito o que falar, muito o que debater, muito o que dialogar pelos interesses da Bahia, deputado Hilton.

Por isso que a gente tem a necessidade de vir aqui e prestar contas das nossas ações, prestar contas daquilo que nos é demandado, porque eu entendo que esse seja

o papel de um parlamentar. Eu tenho certeza de que V. Ex.^a é muito brincalhão, tem o meu respeito, mas saiba que a gente vai estar sempre disputando esta tribuna para poder falar.

Quero, aqui, saudar toda a nossa Defensoria, mais uma vez saudando a nossa ouvidora Naira, que está aí aguardando ansiosamente a vinda do substitutivo. Acho importante que se reconheça que estamos aguardando e fazendo falas para que esse substitutivo venha pelas mãos da defensora-geral, para que tenha a iniciativa da Defensoria salvaguardada.

Então, eu quero elogiar, inclusive, o Executivo, que combinou junto com a defensora Firmiane e a Dr.^a Tereza para que isso possa ser votado aqui o mais brevemente possível. E todos os deputados que aqui estão, de fato, como o deputado Bobô, vieram de algum São João, porque nós ainda estamos no período junino. Esse período é extremamente importante para os municípios que a gente representa não apenas culturalmente, mas porque também gera emprego e renda, gera dividendos.

Como falava aqui há pouco, até parabenizando, mais uma vez, o prefeito Elmo Vaz, foi um São João extraordinário, com quase 100 mil pessoas por dia, em Cachoeira, Ibititá, enfim, em todas as cidades que foram aqui citadas. Tenho a certeza de que não apenas serviu para o lazer, a cultura, mas também para a geração de emprego e renda.

Mas, Sr. Presidente, nesse período junino, nós, eu e o deputado Alan Sanches, membros da Comissão de Saúde, fomos fazer uma visita ao Hospital Ortopédico, deputada Fátima, porque havia o questionamento, deputado José de Arimateia, de que o Hospital Ortopédico não estaria com a sua total capacidade. Sempre houve esse questionamento.

Nós, eu e o deputado Alan, assim como o deputado José de Arimateia, o deputado Hassan, todos que integram a Comissão de Saúde, tratamos a saúde de forma muito séria. Nós temos que ter uma unidade no diálogo para deputados da base. Onde há críticas a serem feitas, façamos as críticas e procuremos a Sesab para haver a correção de posicionamentos. A Oposição faz o seu papel.

Obviamente nós sempre falamos aqui sobre a regulação. O que não é o melhor da regulação é a criação de novos leitos, porque a regulação demanda por leitos hospitalares, por cirurgias, e muitas vezes isso não acontece porque os municípios não têm a capacidade de gerar esses leitos.

Então, o estado é que tem que fazer esse investimento. E esses investimentos são feitos, e foram feitos, em policlínicas, em hospitais que foram inaugurados, descentralizando a saúde, interiorizando a saúde, regionalizando a saúde. Como as demandas da saúde são infinitas, lógico que, por mais que a gente melhore, sempre haverá dúvidas.

Mas eu quero, aqui, dizer os números, deputado José de Arimateia, deputado Hassan. Nós, na visita, fomos recebidos pelo Dr. Roger, um diretor médico de Manaus, que representa o Einstein, que teve a capacidade extraordinária de potencializar esse hospital. Para vocês terem uma ideia, houve uma redução, deputado Rosemberg, de 62% na fila por procedimentos de ortopedia, traumatologia e reabilitação. Nós tivemos 10,9 mil atendimentos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) feitos nessas áreas, sendo quase mil cirurgias, 10 mil consultas e 7 mil exames de imagem. Isso reduz fila, isso é qualidade, isso é um esforço do governo do estado, do nosso governador Jerônimo, da secretária Roberta, continuando o trabalho do nosso governador Rui Costa, de melhorar a ortopedia e a traumatologia. Então, nós estivemos lá, Governo e Oposição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua vênua, presidente.

(...) e pudemos constatar os excelentes serviços prestados. E aquela dúvida que havia de não estar tendo tantas cirurgias é porque, nada mais, nada menos, a implantação de um hospital de alta complexidade demanda mais tempo para implantar as equipes.

Então, nós ficamos muito felizes – fomos acompanhados por Michel – com o resultado do Hospital Ortopédico, que, hoje, é gerido pelo Einstein.

Houve dúvidas sobre o Hospital Metropolitano, e eu, como médica, membro da Comissão de Saúde, da Base do Governo, sempre vou lá, em visita. Nós vamos ao Hospital Metropolitano e ao Martagão Gesteira, deputado Alan Sanches, para apurar esses questionamentos que vieram.

A Comissão de Saúde está aqui, de forma suprapartidária, para identificar as questões, os gargalos, os problemas, e nós tentarmos, na base do diálogo, resolvê-los, mas sempre reconhecendo a importante gestão da secretária Roberta e os esforços do nosso governador Jerônimo em interiorizar a saúde.

Por último, eu queria aproveitar, deputado Rosemberg, e falar aqui do lançamento da 12ª edição da *Flica*, maior feira literária da Bahia, que ocorre em Cachoeira, e tem na diretora da Fundação Hansen Bahia, a Sr.^a Vanessa, uma grande entusiasta que está fazendo a diferença. Neste ano, o tema da *Flica* é *O mundo da literatura em festa*.

Nós sabemos que, no mundo atual das redes sociais, a educação transforma, sim, nós temos que potencializar o livro, a literatura, porque as pessoas se transformam com a educação, mas precisam viajar por meio dos livros, tanto as crianças e os adolescentes como os adultos. E a *Flica*, em outubro, de 17 a 20 de outubro, é uma grande oportunidade para recebermos escritores locais, escritores nacionais e internacionais, para essa divisão, essa troca de experiência.

Então, eu queria saudar, mais uma vez, o governo do estado e saudar a Fundação Hansen. Ontem, o governador lançou a *Flica* em Cachoeira, mais um evento em Cachoeira. Agradecer ao governador pela parceria que tem tido com a prefeita Eliana Gonzaga. Nunca Cachoeira teve tantos investimentos do governo do estado, são mais de R\$ 60 milhões, incluindo duas importantes estradas, como a do Alto do Camelo e Murutuba.

São encostas, é colégio em tempo integral no Iguape, mais um está por vir. São vários investimentos, como o Cram (Centro de Referência de Atendimento à Mulher), que teve emenda nossa, o centro de referência e cultura D. Dalva do Samba, que teve

emenda nossa. Essa parceria que dá certo conta também com o presidente Lula, o governo federal, vários ministérios.

Ela é extremamente importante, e é preciso que a gente reconheça que parcerias assim concorrem para o maior desenvolvimento das cidades, como, no caso, Cachoeira.

Cada vez mais, deputado Luciano, os municípios, e eu sou municipalista, estão pagadores de salários, sobra muito pouco para novos investimentos, sobretudo nos pequenos e médios municípios, como é o caso de Cachoeira.

Então, a parceria com o governo do estado torna-se extremamente importante, a parceria com o governo federal mais ainda. Imagine, deputado Rosemberg, uma gestão que tem a parceria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) de Lula, de Jerônimo, o que não vai ser alavancado é porque já está sendo alavancado!

Muito obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a última oradora, deputada Olívia. Depois, o deputado Alan.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, eu fiz questão de me dirigir a esta tribuna, mais uma vez, para poder fazer uma saudação que considero muito importante. É uma saudação à luta das defensoras, dos defensores e ao bom senso que acabou prevalecendo em relação a esse PLC 154.

Esse PLC é de extrema importância para a categoria das defensoras e defensores e foi tão debatido aqui, nesta Casa, ao longo desse tempo, desde o ano passado e neste ano, sem falar nos anos que antecederam a chegada do projeto, que é de iniciativa, deputado Alan, da Defensoria Pública da Bahia.

Eu quero saudar a defensora-geral, Firmiane Venâncio, pela capacidade de articulação junto ao líder do Governo e ao líder da Oposição, no diálogo com o governador, com a Procuradoria.

Foi uma verdadeira concertação essa articulação política para que chegássemos ao dia de hoje em condições, deputada Fabíola, de votarmos esse PLC, pelo qual V. Ex.^a é tão engajada, tão empenhada também.

Aqui, nós conseguimos articular uma grande bancada dentro das próprias bancadas do Governo e da Oposição, um encontro, uma unanimidade, em favor desse projeto. Nós sabemos que o único obstáculo era, sim, a dificuldade orçamentária, mas, felizmente, a partir de toda essa mobilização, hoje o secretário Manoel Vitorio e o governador Jerônimo Rodrigues conseguiram criar esse arranjo institucional para resolver o impasse.

Nós fizemos audiências públicas, uma sessão especial, que realizamos neste Plenário no mês passado – tive a felicidade de fazer aquela sessão –, ainda dentro do movimento de greve que defensoras e defensores vêm realizando.

Nesse sentido, destacar também a liderança da Dr.^a Tereza Cristina, ex-defensora pública-geral, que teve um empenho muito importante em relação a esse PLC como liderança política que lidera a Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia (Adep-BA).

Quero também destacar a presença da Dr.^a Rivana Ricarte, que é presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), que está aqui, nesta Casa, também. Veio acompanhar a votação nesta tarde; saudar Naira Gomes, ouvidora-geral da Defensoria Pública, que está nesta tribuna; a ex-ouvidora Sirlene Assis...

Há aqui uma representatividade muito grande da Defensoria Pública e uma expectativa muito grande em relação à possibilidade de votarmos, nesta última sessão antes do recesso, o PLC nº 154, que finalmente vai equiparar a carreira de defensoras e defensores a todas as demais carreiras do sistema de Justiça no estado baiano.

Essa é uma conquista, é um passo importante para a democracia. O acesso à Justiça para as pessoas pobres, as pessoas em vulnerabilidade social, depende do acesso aos serviços de qualidade da Defensoria Pública, uma das melhores do país, que se destaca em indicadores, em números de atendimento, em projetos realizados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em nosso estado. Portanto, é absolutamente justa a votação, finalmente, desse PLC 154/2023 para garantir a dignidade e a igualdade dentro do sistema de Justiça do nosso estado. Que a gente possa seguir, chegando, agora, ao 2 de Julho, que se avizinha, já com este problema, definitivamente, resolvido e com esse...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) direito assegurado a defensoras e defensores.

Muito obrigada pela sua tolerância, Sr. Presidente.

Parabéns a todos e a todas que lutaram por esta conquista.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Por 1 minuto, eu pensei que era Binho Galinha já, aqui.

Meus amigos, Sr. Presidente, deputados e deputadas, eu acho que nunca foi tão discutida, nesta Casa, uma categoria como a da Defensoria Pública. Mas, com isso, a gente consegue perceber a importância dessa instituição. Quantos defensores estão nesta Casa para demonstrar a importância dos defensores públicos.

Eu acho que este foi um projeto construído pelo governo do estado com todos os servidores da Defensoria Pública e com esta Casa. Hoje, a gente consegue amadurecer este projeto. E, da parte da Bancada da Oposição, a gente já tinha acordado, junto com o deputado Rosemberg Pinto, que, no dia em que chegasse este projeto, liberado pela Casa Civil, nós o votaríamos.

Assim será feito no dia de hoje. Cumpriremos esse acordo conforme também acordado com os deputados Olívia, Fabíola, Arimateia, Hilton Coelho, todos nós que estávamos, em algum momento, fazendo a defesa deste projeto.

Agora, eu queria, hoje, dar um testemunho sobre a cidade de Santo Antônio de Jesus. Meus amigos, minhas amigas, como é bonito ver o reconhecimento da população a um prefeito. Agora, esse reconhecimento só é possível pelo trabalho, pela gestão. O que Genival tem conseguido atingir com a sua popularidade é reflexo do trabalho que ele vem realizando nesses 3 anos e meio.

Claro, no início do seu mandato, Genival precisou tomar medidas duras. Tivemos um precatório de mais de 16 milhões contraído por outros prefeitos que acabou sendo obrigado, a Genival, prefeito de Santo Antônio Jesus, fazer o pagamento. Vocês imaginem uma cidade do interior perder, ou melhor, ser obrigada a pagar 16 milhões! Isso iria fazer falta em algum momento.

Mas, hoje, a cidade está transformada. A cidade de Santo Antônio Jesus é um canteiro de obras, seja pela iluminação, seja pela atenção à saúde, seja pela infraestrutura ou até pela infraestrutura do São João. A praça do São João, onde era barro, onde era buraco, hoje é uma praça completamente asfaltada. Não digo uma praça recreativa, porque, lá, a gente chama de “praça”, mas é a praça do São João, onde acontece o espaço do São João.

Criaram até uns memes, memes até engraçados, porque antigamente era barro e buraco, como eu falei. Hoje, você poderia ir, deputado Hilton Coelho, com a sua bota branca. “Venha com a sua bota branca, que ela voltará limpinha para casa.” Isso porque a infraestrutura do São João foi maravilhosa, os palcos foram colocados, a grade também.

Eu acho que eu precisava dar este depoimento, fico feliz em saber que a população de Santo Antônio Jesus conseguiu reconhecer que tem um grande prefeito.

Então, parabéns Genival! Parabéns, também, a toda a equipe de secretários, funcionários e colaboradores que fizeram e construíram o melhor São João de toda a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Tiago Coreia assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Tiago Correia): Continuando no Horário das Lideranças Partidárias, falará, agora, por 5 minutos, o deputado Matheus Ferreira.

O Sr. MATHEUS FERREIRA: Boa tarde, Sr. Presidente Tiago Correia. Saúdo os caros amigos deputados, parceiros desta Casa, galerias e toda a imprensa.

Sr. Presidente, na semana passada, tive a oportunidade de estar no município de Catu ao lado do governador Jerônimo Rodrigues para entregar diversas obras significativas na vida daquela comunidade. Houve duas pavimentações asfálticas e, acima de tudo, mais uma entrega de encostas, deputado Hilton Coelho.

Trata-se de uma encosta na comunidade do Buracão que, com certeza, trará a dignidade e, acima de tudo, a segurança para aquelas pessoas em situações de

calamidade e de dificuldades, principalmente pelas mudanças climáticas que acontecem no nosso país.

Também, Sr. Presidente, falando de Catu, com muita felicidade, recebo o Título de Cidadão Catuense de uma amiga e querida vereadora Eliege, a quem agradeço muito, deputada Fátima, por todo o carinho e todo o apreço, e por representar Catu com tanto amor e carinho.

Quero mandar um abraço especial ao prefeito Pequeno Sales, que vem demonstrando todo o carinho e o comprometimento por essa cidade, e hoje se encerram as festividades do São João para dar início às festividades de São Pedro. São as festas juninas comemorativas pelas quais eu tenho um grande carinho.

Parabenizo o governo do estado, mais uma vez, pela belíssima estrutura do São João por todo o estado da Bahia. Eu posso dizer isso porque visitei alguns municípios, como Santanópolis, dentre outros. Tenho o maior carinho em representar cada um deles.

Mas, falando, aqui, parabenizando o São João, no último final de semana, nós tivemos um descaso com a população de Itamaraju. Falo isso com toda a propriedade porque fui pego de surpresa, na segunda-feira, pela manhã, com a interrupção do show de Sandro Lúcio no distrito de Nova Alegria.

A gente fica sem entender qual foi o real motivo para interromper uma festa que, por muitas das vezes, é uma festa para trazer alegria e dignidade àquelas pessoas que vivem lá na ponta. Para quem não sabe, Nova Alegria é um distrito que sofreu muito, principalmente, com as enchentes. Nós, deste lado, como deputados, parlamentares, temos de fazer de tudo para minimizar a dificuldade e o sofrimento de cada uma dessas pessoas.

E, domingo, a gente teve a surpresa. Não sei realmente se foi a mando do prefeito ou não, mas acabou-se por ter a interrupção do show. O show, que naquele momento era de Sandro Lúcio, foi realizado com a participação do deputado Matheus, por meio da Sufotur, destinando a festa para esse distrito, que está invisível aos olhares do prefeito.

Mas falo isso com toda a propriedade porque sei do descaso que vive a população de Itamaraju em termos da estrutura, em termos de lazer, mas principalmente em termos de saúde.

E a gente fica indignado com essa situação, assim como foi no passado, no então governo Rui Costa, que cedeu e entregou 20 leitos para a Prefeitura de Itamaraju. E, mesmo assim, o prefeito negou.

E a gente fica sem entender que política é essa, feita pelo prefeito, para as pessoas ou com as pessoas. Que política é essa e que tipo de prefeito é esse que, em pleno domingo, no São João da cidade, do distrito de Nova Alegria, interrompe um simples show, independentemente de ser por 1 hora, por 2 horas. Pelo amor de Deus! Seria a melhor e a principal atração daquele São João!

A gente fica com essa indagação: o que se pode esperar mais dessa prefeitura, desse cuidado, desse governo municipal que tanto falta naquele município de Itamaraju?

Mas a gente fica apreensivo e torcendo para dias melhores do que esse.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Marcelinho Veiga assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelinho Veiga): Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, é bem verdade que os festejos juninos continuam. Claro, há o compromisso de termos de votar o projeto que assegura os direitos da categoria das defensoras públicas e dos defensores públicos, o PLC nº 154/2023. Está, ali, bem exposto para ninguém esquecer, porque assim traz o deputado Hilton Coelho com a sua plaquinha.

Mas estamos, exatamente, todos e todas, aqui, com o quórum suficiente para votar este projeto, aguardando, apenas, alguns ajustes da relatoria. Então, se não fosse esse compromisso, estaríamos nós, por aí, pelo nosso estado, nos municípios onde temos compromissos.

Portanto, desta tribuna, hoje, eu quero saudar o companheiro Gordo de Raimundo, aquele ex-prefeito corajoso, destemido, de boa vontade, que governou, por 8 anos, o município de Santa Brígida. Claro, se for do gosto do povo, ele voltará a governá-lo, como o nosso presidente Lula, que voltou a governar o Brasil exatamente porque o país passou por um período muito difícil, de caos, no governo do inelegível.

Lá, em Santa Brígida, também, não é diferente, pois há algumas dificuldades. Por isso mesmo, o nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores, Gordo de Raimundo, se coloca à disposição para retornar à prefeitura. Mas, claro, na democracia, o que prevalece é a vontade do povo. E é isso o que aguardamos em outubro, se Deus quiser.

Além de deixar registrado os votos de parabéns, muita saúde, muitas felicidades e muitos anos de vida para esse grande companheiro, quero, também, registrar a minha satisfação por ter acompanhado o nosso governador, na semana passada, ao município de Olindina, onde o prefeito Luiz é bem aplaudido pela população, com destaque mesmo para a consideração dos seus munícipes, que acompanharam todo o evento com muita sabedoria, com muita presença e com muita alegria.

E o nosso governador, também, ao lado desse prefeito, autorizou muitas obras e muitos serviços que vão melhorar a vida do povo de Olindina.

Mas eu fiz, lá, um registro, em minha fala, e eu quero que fique bem assegurado, nas notas taquigráficas, o que eu vi, porque eu percorri, de carro e a pé, parte do novo distrito, praticamente é uma nova cidade de Olindina. Para quem vem de Cícero Dantas para cá, fica ao lado direito, trata-se de uma população num território urbano que cresceu e se desenvolveu, e, pela primeira vez, a gente viu um prefeito que se interessou por cuidar da urbanização.

Então, passamos por muitas as ruas, todas estão com calçamento, com saneamento. Houve também a inauguração de uma grande unidade de saúde que servirá, exatamente, para a população daquela daquele território de Nova Olindina, praticamente dividida ao meio pela BR-110. Mas, quanto àquele lado em que as pessoas foram se acumulando sem nenhuma infraestrutura, hoje, a gente pode ver um bairro limpo, arrumado, reestruturado com a infraestrutura adequada...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para uma vida digna daquela população que está ali.

Parabéns, prefeito Luiz Alberto, de Olindina!

(O deputado Adolfo Menezes reassume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Concluí.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde.

Subo, novamente, a esta tribuna, Sr. Presidente, para fazer um contraponto ao ilustre colega e deputado Matheus Ferreira, pois ele, há pouco, mencionou o São João de Itamaraju ao dizer que houve um contratempo no município de Nova Alegria.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dizer que estive, pessoalmente, no São João de Itamaraju para participar, junto com o deputado federal Adolfo Viana, da abertura do São João. Isso ocorreu entre os dias 13 a 16 de junho, a grande festa foi na sede do município.

Diversas atrações nacionais se fizeram presentes, e eu posso citar Cavaleiros do Forró, Zé Neto e Cristiano, Devinho Novaes, Durval Léllys, Adelmário Coelho, Kaio Oliveira, Caviar com Rapadura, Márcia Felliipe, Mastruz com Leite, Cris Lima e mais tantas outras bandas locais.

Eu posso afirmar, categoricamente, que foi o maior e melhor São João do Extremo Sul da Bahia. Claro, houve esse contratempo em que o cantor mencionado pelo meu colega foi alertado pelo município de que o show deveria ser de 1 hora e meia, e ele, evidentemente, queria tocar mais, porém houve um contratempo, mas, de maneira nenhuma, isso tirou o brilho da festa junina e da gestão do prefeito. Como eu falei, foi o maior São João e o melhor São João do Extremo Sul da Bahia, e eu estive lá.

Dr. Marcelo Angênica revolucionou Itamaraju, está caminhando para 8 anos de mandato, revolucionando a saúde, inaugurando diversos postos de saúde, pavimentando diversas ruas que nunca viram pavimentação no município. Ele está enfrentando, Sr. Presidente, um problema gravíssimo com as chuvas e, mesmo assim, estabeleceu a ordem no município, continuando a celeridade nas obras, não só na saúde, como eu falei, mas na educação também. Dotou o município de um hospital municipal, poucos municípios do tamanho de Itamaraju tem um hospital daquele porte.

Então eu poderia dizer que é uma gestão superexitosa e não poderia deixar de fazer esse contraponto, até gostaria de convidar o deputado colega Matheus Ferreira para ir comigo ao município de Itamaraju para que possamos ver os avanços pelos quais o município passou não só na sede, mas também em todos os distritos.

Quero parabenizar, mais uma vez, o prefeito Dr. Marcelo Angênicia e toda a sua equipe, todo seu secretariado, inclusive o secretário Gustavo ao lado do secretário Leo Oss, responsáveis por esse São João belíssimo, e todos os amigos de Itamaraju, representados pelo amigo Jorge Almeida, que juntos com o prefeito encaminham aquela gestão sempre para trazer o melhor que podem ao povo de Itamaraju.

Então é isso que eu trago, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não vai falar agora, não?

Temos, neste momento, as presenças dos deputados Alan Sanches, Fátima Nunes, Fabíola, Marcelino Galo, Hassan, Kátia, Tiago, Rosemberg, Hilton, Bobô, Olívia Santana e Marcelinho Veiga.

Com a palavra o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, eu me pronunciei agora há pouco, no Pequeno Expediente, falando da importância do São João para a manutenção da cultura, fortalecendo mais a cultura, e para a economia, falei da força da economia no mês de junho, que o São João, de alguma maneira, prospera, fortalece, sobretudo nos municípios menores, pequenos, nos municípios de médio porte e até nos grandes. Nós tivemos um São João espetacular também em Salvador por vários dias.

Mas também, claro que, em momentos como esse... Eu mesmo passei por algumas cidades, por Jaguarari, por exemplo, com o Arraiá das Estrelas, um São João maravilhoso, espetacular, com muita gente. Fica aqui meus parabéns para o Seu Antônio, prefeito de Jaguarari, Seu Antônio Nascimento, que, a cada ano, melhora, qualifica e potencializa mais a festa do São João de Jaguarari. Então já é um São João tradicional.

Passei também por Capim Grosso. No mês passado, o prefeito Sivaldo fez uma festa linda de manifestação cultural lá. Neste ano, ele fortaleceu, melhorou ainda mais o São João também. Ou seja, ele fez a festa literária no mês de maio por 3 dias, e agora o São João. A festa literária é cultural e o São João também é cultural.

Eu estive também, claro, óbvio, em minha cidade, Senhor do Bonfim. Eu quero fazer um contraponto. Além de participar do São João, eu amo o São João, eu também tive momentos prazerosos ao visitar os investimentos que estão sendo realizados em Senhor do Bonfim. Também parei um tempo em Capim Grosso e participei, com o prefeito Sivaldo, da assinatura de um convênio com a Cerb para abastecimento de água, extensão da rede de água, em três comunidades importantes de Capim Grosso.

Mas eu quero falar de Senhor do Bonfim, presidente, pela importância dos investimentos que estão ocorrendo no município, eu fiz questão de visitá-lo no período junino para ver as obras em andamento, fruto de investimentos por parte de alguns deputados.

Eu quero agradecer especialmente ao deputado federal Daniel Almeida, que aportou uma emenda impositiva para que a gente pudesse fazer essas obras em duas comunidades em parceria com o governo da Bahia, especialmente com a Seinfra e com a Conder, e em parceria também com o Consórcio Piemonte Norte do Itapicuru.

Não é um convênio, é um termo consorcial assinado para que a gente pudesse atender duas comunidades, dois distritos importantes em Senhor do Bonfim, e também um bairro que eu considero emblemático, que desde a sua formação, desde a sua origem, não tinha pavimentação.

Esses três investimentos giram em torno de quase R\$ 5 milhões. Já estão em andamento, em Passagem Velha, Terreirinho e Cachoeirinha, pavimentos e acessos a essas comunidades. Isso era um terror lá, um absurdo. Estavam abandonados pelo poder municipal. Nós estamos agora realizando obras de revestimento primário, mais asfalto com muita qualidade para que as pessoas possam acessar suas comunidades com dignidade, com respeito e com segurança.

Essas obras estão em andamento. Eu acredito que, em mais 1 semana, no máximo 2 semanas, deputado Hilton, estaremos retornando para lá para inaugurar esses investimentos, também frutos de emenda do deputado federal Daniel e de minha emenda. Também, por meio de parceria, foram injetados recursos também do governo do estado, com nosso querido governador Jerônimo Rodrigues, por meio dessa obra da Seinfra.

Também fizemos um conjunto de obras no maior distrito de Senhor do Bonfim, Igara, em sete ruas, no total. Isso também foi feito com emenda impositiva do deputado Daniel, com minha emenda e com o governador aportando mais recursos para que possamos pavimentar diversas ruas desse importante distrito de Senhor do Bonfim. Já estão em fase de conclusão, espero que, na próxima semana, a gente possa fazer essas entregas à população.

Por fim, ainda em Senhor do Bonfim, nós estivemos no bairro da Grande Olaria, na comunidade Jonas Costa, estamos pavimentando seis ruas desse bairro, também com recursos aportados pelo deputado federal Daniel Almeida em parceria com o governo,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com o consórcio e com a Conder. Esse investimento gira em torno de R\$ 1,2 milhão para melhorar e qualificar a vida daquelas pessoas que moram naquele bairro importantíssimo, mas que ainda carece de infraestrutura.

Mas eu também quero, Sr. Presidente, celebrar um grande investimento, na realidade, um complemento, a segunda etapa do sistema de esgotamento sanitário de Senhor do Bonfim, a primeira etapa já foi concluída, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) quase R\$ 90 milhões foram investidos nessa primeira etapa e agora, logo após o São João, será dada a ordem de serviço para a segunda etapa desse

investimento no esgotamento sanitário. Mais de 5 mil domicílios serão beneficiados, totalizando, entre a primeira e a segunda etapa, mais de 17 mil domicílios beneficiados em Senhor do Bonfim.

É um investimento de quase R\$ 35 milhões, perfazendo, deputado Hilton, nesse total, entre a primeira e segunda etapa, R\$ 134 milhões injetados na economia de Senhor do Bonfim, gerando postos de trabalho, gerando emprego. É uma obra demorada, de 3 a 4 anos. Portanto, nós mantemos empregos para termos o esgotamento sanitário em 100% da nossa cidade.

Eu acredito até que teremos uma terceira etapa porque nós estamos falando de uma cidade, e essas obras são no centro da cidade, são só na cidade de Senhor do Bonfim. Nós temos um pouco mais de 44 mil, 45 mil pessoas morando somente na sede, portanto, com as obras, já estamos chegando próximo a isso. Já tínhamos 10 mil, com mais 17 mil serão 27 mil domicílios beneficiados, teremos, então, poucos domicílios ainda a serem contemplados com investimentos do sistema de esgotamento sanitário.

Além de usufruir das festas tradicionais da nossa região, o Santo Antônio, o São João, o São Pedro, nós aproveitamos também para visitar os investimentos, visitar as obras, que estão em andamento.

A gente sabe o quanto isso impacta na qualidade de vida das pessoas, sobretudo de quem mora em área rural, um pouco mais distante da sede, que tem muita dificuldade para acessar um revestimento em asfalto ou até em paralelo para que, na hora das suas necessidades maiores, na hora das agonias da saúde, possam ter um carro à sua disposição, trafegando em uma estrada com qualidade, para chegarem a uma clínica ou a um hospital com mais brevidade.

É esse trabalho que tem sido desenvolvido no nosso território do Piemonte Norte de Itapicuru. Mais uma vez, fortaleço o meu abraço e os meus parabéns aos prefeitos que organizaram esses investimentos no São João e, acima de tudo, ao governo do estado, que, além de aportar recursos para que a gente pudesse ter um grande São João, um grande Santo Antônio, um grande São Pedro, que ainda vai acontecer, fez também investimentos na área de segurança pública.

E aí eu quero fazer uma referência à importância do investimento na área de segurança pública. Nós participamos, todos os dias, das festas, não tivemos nenhum tipo de problema relacionado a uma violência maior, não tivemos óbitos por conta da violência nessa cidade, ao contrário, tivemos uma estrutura muito bem montada, reconhecimento facial nesses municípios.

Enfim, o governo está potencializando, mantendo e fortalecendo a cultura, por meio das festas juninas. A gente entende que elas são as melhores e as mais importantes, não desmerecendo o Carnaval, que é muito importante para Salvador, mas o governo está fortalecendo o que nós temos de melhor, principalmente o São João, em quase todos os municípios da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, vou suspender a sessão por 15 minutos para esperarmos a mudança de um projeto, em seguida retornaremos.

(Sessão suspensa.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, como existe acordo, vamos dar início à votação. Vamos iniciar pelos projetos de utilidade pública somente dos deputados que estão aqui em Plenário. Deixa-me ver a lista, por favor.

Temos aqui os Projetos: 25.416/2024, do deputado Bobô; 25.417/2024, do deputado Hassan; 25.418/2024 e 25.419/2024, da deputada Fátima Nunes; e 25.420/2024, da deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar esses projetos de utilidade pública, concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, primeiro, antes de ler os projetos, para não gerar nenhuma dúvida com relação às honrarias de projetos de autoria dos deputados, esclareço. Havia um entendimento da Mesa de que, com 30 deputados presentes, não tendo quórum – com 30 presentes –, seria uma incoerência votar projetos de iniciativa de deputado sem o quórum necessário, que é de 32 deputados.

Como o quórum está restabelecido, tem os 32 deputados, vale a combinação feita com o deputado Alan. Votaremos os projetos de iniciativa dos deputados que estiverem presentes na sessão se tais projetos já tiverem passado pela CCJ e, no caso das comendas, pela Mesa Diretora da Casa. Ou seja, seriam votados aqui os projetos dos deputados que estejam presentes na sessão.

Com relação, presidente, ao requerimento feito à V. Ex.^a com as dispensas de formalidades assinadas por mim e pelo deputado Alan, nós temos aqui as seguintes matérias para serem apreciadas com relação à declaração de utilidade pública:

(Lê) “25.409/2024 de autoria da Dep. Adolfo Menezes e que Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa de Betânia- ASBECABE...”, não é Maria Bethânia, é Betânia, “(...) com sede e foro no município de Ipirá – Estado da Bahia.

25.416/2024 de autoria do Dep. Bôbô e que declara de utilidade pública estadual a Federação Baiana de Desportos dos Surdos – FBADS, com sede e foro no município de Salvador, no estado da Bahia.

25.417/2024 de autoria do Dep. Hassan e que Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Tempo de Crescer, com sede e foro no município de Ubaíra.

25.418/2024 de autoria da Dep. Fátima Nunes Lula e que Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Antônio Gonçalves - ACAN com sede e foro na cidade de Antônio Gonçalves no Estado da Bahia.

25.419/2024 de autoria da Dep. Fátima Nunes Lula e que Declara de Utilidade Pública a Associação Servos de Kadosh, com sede e foro na cidade de Dias D'Ávila, no Estado da Bahia.

25.420/2024 de autoria da Dep. Fabíola Mansur e que declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Desempregados de Salinas da Margarida – A.T.D.S.M com sede e foro no município

Sala das Sessões, de junho de 2024.

Dep. Rosemberg Pinto

Líder da Maioria

Dep. Alan Sanches

Líder da Minoria”

Então, presidente, esses foram os projetos analisados. E, com relação à posição técnica da Casa, todos estão dentro do regramento para que seja apreciada, pela Casa Legislativa, a sua utilidade pública.

Em sendo assim, opino pela aprovação dos projetos lidos aqui, dos deputados Adolfo Menezes, Bobô, Hassan, Fátima Nunes e Fabíola Mansur. Pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, trata-se de projetos de utilidade pública, precisamos de duas votações como nos demais projetos que devem ser votados na tarde de hoje.

Então, em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovados.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados, **por unanimidade, em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças.**

PROJETOS DE LEI DE UTILIDADE PÚBLICA

01. PL nº 25.409/2024 - Deputado Adolfo Menezes - **Associação Beneficente Casa de Betânia- Asbecabe**. Publicado no DOEL de 13/6/2024.

02. PL nº 25.416/2024 - Deputado Bôbô - **Federação Baiana de Desportos dos Surdos – FBADS**. Publicado no DOEL de 20/6/2024.

03. PL nº 25.417/2024 – Deputado Hassan - **Associação Tempo de Crescer**. Publicado no DOEL de 20/6/2024.

04. PL nº 25.418/2024 - Deputada Fátima Nunes - **Associação Comunitária de Antônio Gonçalves - ACAN**. Publicado no DOEL de 20/6/2024.

05. PL nº 25.419/2024 - Deputada Fátima Nunes - **Associação Servos de Kadosh**. Publicado no DOEL de 20/6/2024.

06. PL nº 25.420/2024 - Deputada Fabíola Mansur - **Associação dos Trabalhadores Desempregados de Salinas da Margarida – A.T.D.S.M**. Publicado no DOEL de 20/6/2024.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Temos a presença na Casa, não só aqui no Plenário... Vou ler os faltosos: deputados Alex da Piatã, Antonio Henrique, Cafu Barreto, Cláudia Oliveira, Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Felipe Duarte, Ivana Bastos, Júnior Nascimento, Luciano Simões, Manuel Rocha, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pancadinha, Patrick Lopes, Penalva, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Soane Galvão, Zé Raimundo Fontes e Zó.

Mas temos o quórum de 32 presentes, como determina o nosso Regimento.

Próximo projeto.

Em primeira discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 156/2023, da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que (lê) “*Altera a Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006 (Lei Orgânica e Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia), e dá outras providências.*”

Para relatar, a deputada Olívia em conjunto com o deputado Marcelino Galo e a deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, é com muita honra que eu e o deputado Marcelino Galo, que temos uma história como muitos aqui têm... Mas temos uma história com a Defensoria... Aqui, mais uma vez, relembro que fomos os grandes defensores da autonomia da Defensoria, deputado Hilton, para que ela pudesse mandar, encaminhar os seus projetos de iniciativa própria.

E nós também, junto com vários deputados, a deputada Olívia, o deputado Hilton, o deputado Rosemberg, os deputados da Oposição (Alan Sanches, José de Arimateia), os deputados Bobô, Hassan, todos que estão aqui, nós sempre tivemos a compreensão da importância da reestruturação da carreira dos defensores. Legitimamos, assim, uma categoria extremamente importante para a promoção da igualdade e da justiça social, sobretudo pelos serviços de assistência jurídica gratuita que eles prestam.

Tivemos aqui a compreensão, e quero saudar a nossa defensora pública-geral, Firmiane Venâncio, que está aqui nos acompanhando, a nossa subdefensora pública-geral, Soraia, a defensora Mônica e a ouvidora-geral da Defensoria, Naira, pelo esforço de vocês, pela batalha de vocês para que esse projeto pudesse ter a maturidade em que ele se encontra hoje, presidente Adolfo Menezes.

Nós entendíamos que esse projeto estava pronto lá em dezembro, quando tivemos aqui uma grande discussão para darmos esse presente à Defensoria, mas não é um presente à Defensoria. A valorização dos defensores é a valorização do povo baiano, é a valorização daqueles que, no sistema judiciário, tem como mister, como sua função, cuidar de gente na sua mais legítima atribuição.

E é importante, para além da interiorização da Defensoria, que foi feita com a progressão da carreira, que foi feita nas gestões que antecederam Firmiane, as de Rafson e Clériston, que sempre batalharam, deputada Fátima, por esse projeto, é importante que a gente fale da história da Defensoria, do papel, da importância da Defensoria em todos os sentidos e em todos os estados. Aqui a gente estava devendo essa reestruturação de carreira.

Então é muito importante que tenhamos a compreensão do esforço dos deputados que aqui estão. Nós tivemos, e o deputado Marcelino vai falar desse tema, não apenas da autonomia, como os projetos que foram encaminhados lá nos primórdios da então presidência do deputado Marcelino Galo na CCJ, quando eu tive o prazer de ser a relatora.

Houve o entendimento também com a Associação dos Defensores do Estado da Bahia (Adep), com a Dr.^a Tereza, e algumas modificações precisaram ser feitas. Nós respeitamos a categoria para que ela pudesse dialogar e mandar esse que foi o PL nº154/2023.

Obviamente existem as questões financeiras, e os ajustes precisaram ser feitos. Foi uma coisa muito frustrante, deputado Hilton, para todos nós, deputada Olívia, Marcelino e Rosenberg, deputados da Base do Governo sobretudo, porque queríamos muito terminar o ano de 2023 votando e dando esse presente. Está aqui a Dr.^a Tereza também dando esse presente a todos os defensores e defensoras.

Mas a gente entende, deputado Alan, que a Oposição sempre esteve disposta a votar com dispensa de formalidades, isso é muito importante. Eu quero aqui elogiar também a Oposição, que teve esse sentimento da importância da categoria para que nós pudéssemos chegar à maturidade do PL que hoje está sendo votado,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: (...) que se tornou o PL 156.

Então, Sr. Presidente, (lê) “**PARECER**

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei Complementar nº 156/2023, de autoria da Defensoria Pública...”, repito, de autoria da Defensoria, de autoria da Defensoria, “(...) o qual ‘altera a Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006 (Lei Orgânica e Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia), e dá outras providências.’

A proposição que ora venho relatar, de autoria da Defensoria Pública do Estado, destina-se a reestruturar a carreira dos Defensores Públicos, bem como dotar o órgão de uma estrutura mais condizente com as suas necessidades, para o fiel cumprimento de suas atribuições constitucionais.

Trata-se de matéria de significativa importância para esta instituição essencial à função jurisdicional do Estado, que tem, entre suas competências, a defesa dos direitos e garantias fundamentais de todo cidadão, e em especial a prestação da assistência jurídica aos necessitados.”

Eu vou passar a palavra para o nosso correlator, deputado Marcelino Galo, para ele explicar mais amiúde o projeto.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação...

O Sr. Marcelino Galo: Espere aí, Sr. Presidente... O senhor está...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ainda tem mais relatores, é?

O Sr. Marcelino Galo: O senhor está querendo... Esse projeto é tão importante...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Esse projeto está cheio de padrinhos, viu, deputado Hilton?

Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, reconheço a pressa de V. Ex.^a, mas eu quero saudar aqui os defensores e as defensoras e saudar também os últimos três defensores. Reconheço a luta dos defensores e das defensoras, mas também devemos reconhecer aqui esse ciclo virtuoso que viveu a Defensoria Pública da Bahia, sendo ela transformada numa das melhores defensorias do Brasil, do Brasil!

Isso se deve também... Aqui é necessário registrar a gestão conduzida inicialmente pelo Dr. Clériston, depois pelo Dr. Rafson e agora, neste momento, celebrando de forma histórica, pela Dr.^a Firmiane.

Então, a luta é importante, mas aqui também devemos afirmar a capacidade, a sensibilidade, porque esse direito constitucional foi atribuído pela Constituição de 1988, a Constituição nacional, e a Constituição estadual de 1969. De lá para cá, passaram vários governadores neste estado, passaram-se várias assembleias legislativas, mas hoje, sob o governo do governador Jerônimo Rodrigues, chegou-se a afirmar, a garantir essa autonomia, essa capacidade de encaminhamento que já era direito, estava ali.

É preciso que a gente diga que o primeiro projeto que foi originado e encaminhado pela Defensoria Pública passou pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, o deputado Alan Sanches fazia parte dessa comissão e a deputada Fabíola Mansur foi a relatora desse projeto. Ele foi aprovado, ficou de ir a Plenário e depois, por acordo, governo e Defensoria chegaram hoje, historicamente, a bom termo.

Aqui, Dr.^a Firmiane, o nosso agradecimento, a nossa compreensão pela paciência, pela tranquilidade que teve para conduzir à vitória. Saudar também a nossa presidente da associação, a Adep, a Dr.^a Tereza. Chegou-se a esse acordo histórico com muita tranquilidade, e hoje, com 32 deputados, nós vamos aprovar o projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO: Viva à Defensoria Pública do Estado da Bahia!

(Lê) *“(...) O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pela Defensoria Pública, ressaltando que sua apreciação nesta Sessão foi possibilitada em virtude de acordo celebrado entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria nesta Casa.*

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2024.

Deputada Fabíola Mansur

Deputado Marcelino Galo”

Assinam este parecer a deputada Fabíola Mansur, o deputado Marcelino Galo e, por unanimidade, todos os deputados desta Casa.

Um abraço, Dr.^a Firmiane. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 156/2023, permaneçam como se...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de colocar em Plenário, com a palavra o deputado Hilton Coelho. Peço aos deputados para comemorar um pouco...

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, nós não poderíamos deixar de ocupar esta tribuna para falar deste dia histórico, o dia em que vai cair em desuso aqui a nossa plaquinha “Cadê o PLC nº 154/2023?”, que já voltou como PLC nº 156, deputado Bobô, e isso aconteceu para a nossa profunda alegria.

É um dia histórico porque coroa toda uma trajetória de afirmação da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que tem, de fato, uma história de muito orgulho, que é uma grande referência para todo o país enquanto vanguarda do que deveriam ser os parâmetros de ação das defensorias públicas de todo o Brasil.

E nós podemos perceber que o nosso discurso aqui está muito marcado de sinceridade porque nós acompanhamos dia a dia o significado da Defensoria Pública, seja aquele significado que vai no detalhe, na pessoa, na garantia daquele advogado ou daquela advogada pública para quem é cidadão ou cidadã da Bahia, seja se destacando de forma corajosa em ações que pareciam que não teriam uma resposta do ponto de vista institucional, do ponto de vista do Poder Público.

Eu quero saudar iniciativas, como as audiências de custódia, pois nós percebemos que a Defensoria Pública não tinha feito apenas uma iniciativa para fazer com que a injustiça não grassasse nesse estado da Bahia, encarcerando, especialmente, a nossa juventude negra. Além do resultado muito objetivo, a Defensoria Pública produziu dados sobre essa situação de exclusão da nossa população e o hiperencarceramento, por exemplo.

Hoje, a Defensoria está fazendo um trabalho nesse campo que será preciosíssimo para o Poder Público. Trata-se da discussão sobre a questão da letalidade policial no estado da Bahia. Eu posso falar da defesa da questão da moradia, da saúde, da educação, bem como do enfrentamento à grilagem de terra na Bahia, os quais encontram na Defensoria Pública um grande sujeito coletivo para a preservação dos interesses da nossa população.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, eu peço aos deputados... Eu peço aos deputados... Nós estamos em votação, nós estamos em votação...

O Sr. HILTON COELHO: Eu só... Eu quero então...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, eu pediria às deputadas e aos deputados que conversem na sala do cafezinho, por favor, porque no Plenário não pode.

O Sr. HILTON COELHO: Eu quero simplesmente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Para concluir, quero dizer que também nos alegra muito perceber que mulheres ocupam as lideranças que estão representando a Defensoria Pública – Dr.^a Firmiane Venâncio, como defensora-geral, e Dr.^a Tereza Cristina, como representante da categoria e presidente da Adep-BA –, assim como as ouvidoras-gerais, que marcam também o significado da experiência da ouvidoria externa de uma instituição que fez com que para ela confluísse as grandes demandas do nosso povo.

Hoje, Naira Gomes está à frente da ouvidoria externa da Defensoria Pública, tendo sido antecédida por Sirlene Assis, que fez uma história e marca uma experiência que deve servir como referência, inclusive para a ouvidoria externa desta Casa para que o povo consiga falar com as instituições e que essas possam minimamente representar os interesses mais legítimos.

Então, Sr. Presidente, eu concluo dizendo que hoje é de fato um dia histórico, em que vemos as lágrimas dessas lideranças da Defensoria Pública, que agora são lágrimas de felicidade e contentamento por toda uma trajetória de luta. Esse é o maior retorno que esta Casa pode dar e o reconhecimento de que esta Casa, nesta data, nesta tarde, está cumprindo o seu papel institucional de fazer a verdadeira valorização da nossa Defensoria Pública do estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei Complementar nº 156/2023, da Defensoria Pública, no âmbito do Plenário.

Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em primeiro turno, **por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 156/2024, com a dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças.**

PROJETO LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2024

Altera a Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006 (Lei Orgânica e Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia), e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DECRETA:

Art. 1º - Os artigos 2º, 7º, 90, 265 e 272, da Lei Complementar 26, de 28 de junho de 2006, passam a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“ Art. 2º

Parágrafo único - Considera-se juridicamente necessitada, para os efeitos desta Lei, toda pessoa física ou jurídica que comprove insuficiência de recursos.” (NR)

“ Art. 7º

.....

§ 4º A Defensoria Pública sempre deverá tentar previamente obter a resolução extrajudicial dos conflitos, exceto nos casos de urgência, assim definida em Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia.” (NR)

“Art. 90

.....

I - Defensor Público da Classe de Instância Superior, com atuação nos Tribunais;

II - Defensor Público de Classe Final;

III - Defensor Público de Classe Intermediária;

IV - Defensor Público de Classe Inicial II;

V - Defensor Público de Classe Inicial I;

.....

§ 3º - O candidato aprovado no concurso de ingresso na carreira será nomeado para o cargo de Defensor Público de Classe Inicial I, com lotação em qualquer unidade defensorial, que é menor unidade de atuação funcional individual no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia. (NR)”

“Art. 265.....

.....

Parágrafo único. Os recursos do Fundo de Assistência Judiciária também podem ser revertidos em despesas de investimento destinadas ao cumprimento do Artigo 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.”

“Art. 272 - O provimento dos cargos da classe de Defensor de Instância Superior acontecerá gradativamente, conforme a disponibilidade orçamentária, não podendo superar a quantidade de

desembargadores no Estado e de acordo com os seguintes limites.

I - 35 (trinta e cinco) cargos, enquanto o quadro total de Defensores for inferior a 400 (quatrocentos);

II - 42 (quarenta e dois) cargos, enquanto o quadro total de Defensores for maior ou igual a 400 (quatrocentos) e inferior a 450 (quatrocentos e cinquenta);

III - 49 (quarenta e nove) cargos, enquanto o quadro total de Defensores for maior ou igual a 450 (quatrocentos e cinquenta) e inferior a 500 (quinhentos);

III – A - 55 (cinquenta e cinco) cargos, enquanto o quadro total de Defensores for maior ou igual a 500 (quinhentos) e inferior a 550 (quinhentos e cinquenta);

III - B - 60 (sessenta) cargos, enquanto o quadro total de Defensores for maior ou igual a 550 (quinhentos e cinquenta).

.....” (NR)

Art. 2º - Os atuais ocupantes dos cargos da carreira de Defensor Público serão enquadrados nas classes previstas no art. 90 da Lei Complementar nº 26, de 28 de julho de 2006, da seguinte forma:

I - na Classe de Defensor Público de Instância Superior, os atuais ocupantes dos cargos de Defensor Público de Instância Superior,

II - na Classe Final, os atuais ocupantes dos cargos de Defensor Público de Classe Final;

III - na Classe Intermediária, os atuais ocupantes dos cargos de Defensor Público de Classe Intermediária;

IV - na Classe Inicial II, os atuais ocupantes dos cargos de Defensor Público de Classe Inicial, já aprovados no estágio probatório;

V – na Classe Inicial I, os atuais ocupantes dos cargos de Defensor Público de Classe Inicial que estão em estágio probatório.

Art. 3º - O subsídio mensal dos Defensores Públicos de Instância Superior do Estado da Bahia será de R\$ 30.899,47 (trinta mil oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos) em Maio de 2024; de R\$ 34.786,91 (trinta e quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos) em Setembro de 2024; R\$ 36.988,92 (trinta e seis mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) em Maio de 2025; R\$ 39.334,02 (trinta e nove mil trezentos e trinta e quatro reais e dois centavos) em Setembro de 2025; R\$ 41.845,48 (quarenta e um mil oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) em Maio de 2026.

Parágrafo único. Os subsídios das demais classes da carreira de Defensor Público do Estado da Bahia serão escalonados em ordem decrescente, com diferença de 07%

(sete por cento) entre cada uma das classes. Na forma do Art. 153, II da Lei Complementar 26/2006.

Art. 4º O Anexo I da Lei Complementar 26, de 28 de junho de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO I

QUADRO GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

CLASSE	CARGOS
Classe de Defensor Público de Instância Superior	60
Classe Final	250
Classe Intermediária	79
Classe Inicial II	59
Classe Inicial I	135

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

Projeto de Lei nº 21.992/2016, do deputado Bobô, que determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas pelo Corpo de Bombeiros ou Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), para hospitais conveniados aos planos de saúde.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar...

(Intervenção fora do microfone.)

Deputada, 1 minuto para relatar esse projeto, por favor.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Deputado Bobô.

O Sr. Bobô (fora do microfone): Não posso relatar o meu próprio projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem relator?

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É, o autor não pode relatar, Bobô.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Dá a Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola, para relatar.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, minha filha, é porque você fala demais. Vamos Fabíola.

Pelo o que eu entendi, esse projeto visa levar o acidentado que já paga plano de saúde para um hospital conveniado para tirar o peso do INSS. Então, acredito que é um projeto interessante. Para relatar, deputada Fabíola, 1 minuto.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, como membro da Comissão de Saúde, entendemos que o Projeto de Lei nº 21.992/2016, de autoria do deputado Bobô, é extremamente relevante em virtude das estatísticas dos acidentes de trânsito. Como os líderes dos blocos da Maioria e da Minoria, com assento nesta Casa, dispensaram as formalidades e não houve nenhuma emenda, nós entendemos que o projeto se encontra dentro da Constituição, é importante e determina que pessoas feridas em acidente de trânsito sejam levadas pelo Corpo de Bombeiros ou pelo Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) para hospitais conveniados aos planos de saúde.

Deputado Bobô, parabéns pela autoria. Nossa opinião é pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 21.992/2016 foi aprovado, em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças.

PROJETO DE LEI Nº 21.992/2016

Determina que pessoas feridas em acidente de trânsito sejam levadas, pelo Corpo de Bombeiros ou SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), para hospitais conveniados aos seus planos de saúde.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA DECRETA:

Art. 1º - Pessoas feridas em acidente de trânsito que possuam plano de saúde poderão ser encaminhadas, pelo Corpo de Bombeiros ou SAMU (serviço de atendimento móvel de urgência), aos hospitais particulares conveniados, desde que não comprometa a qualidade e agilidade do primeiro atendimento.

Parágrafo único - O encaminhamento será feito, caso seja possível a identificação imediata do hospital particular mais próximo que o acidentado tenha direito e que ofereça atendimento de emergência.

Art. 2º - Quando a identificação do hospital privado for feita após a entrada do paciente em hospitais da rede pública, o paciente será transferido assim que seu

quadro de saúde permitir e a transferência for autorizada pelo médico responsável.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2016.

Deputado BOBÔ

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Alan, líder da Minoria.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, só queria reafirmar o acordo que foi feito com o deputado Rosemberg que votaríamos – e temos a intenção disso – os projetos dos deputados que estivessem presentes. Certo?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concordo plenamente.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Só isso, só para lembrar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.!

Próximo projeto, Carlinhos. Quais os projetos?

(Intervenção fora do microfone.)

Próximos projetos são: Projeto de Lei nº 24.704/2023, da deputada Olívia; Projeto de Lei nº 19.975/2012, do deputado Rosemberg; Projeto de Lei nº 24.495/2022, da deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

(Intervenção fora do microfone.)

Para relatar esses três projetos, o deputado Rosemberg Pinto. Vale salientar que esses projetos tiveram assinaturas do deputado líder Rosemberg e deputado líder Alan para dispensa das formalidades.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Projeto de Lei nº 24.704/2023, da deputada Olívia Santana, que se faz presente na Casa, que dispõe sobre a prestação de auxílio às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no supermercado, loja de departamento, estabelecimentos congêneres do estado da Bahia e dá outras providências.

Sr. Presidente, esse projeto tem o objetivo de que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham a condição de ter acompanhamento nos seus momentos de compra.

Esse é um projeto que passou na Comissão de Constituição e Justiça, está dentro das condições de constitucionalidade, por isso, pela aprovação do Projeto de Lei nº 24.704/2023.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o projeto que acaba de ser relatado pelo deputado Rosemberg Pinto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 24.704/2023, em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais.

PROJETO DE LEI Nº 24.704/2023

Dispõe sobre a prestação de auxílio, às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nos supermercados, lojas de departamentos e estabelecimentos congêneres do no Estado da Bahia e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Os hipermercados, supermercados, mini mercados, varejões, lojas de departamentos e estabelecimentos congêneres do Estado da Bahia, deverão treinar e disponibilizar, durante o horário regular de funcionamento, funcionários para, em caso de necessidade, auxiliarem, isolada ou cumulativamente, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que estejam no interior do estabelecimento a fim de realizar compras.

Parágrafo único. Não se aplica esta Lei aos estabelecimentos aqui previstos que possuam até 10 (dez) funcionários.

Art. 2º - O auxílio estabelecido nesta Lei compreende em:

I - conduzir a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida no interior do estabelecimento;

II - indicar a localização do(s) objeto(s) desejado(s);

III - conduzir o carrinho de compras;

IV - pegar e colocar o(s) objeto(s) desejado(s) no carrinho de compras;

V - ler e/ou indicar as informações referentes a produtos tais como preço, ofertas, data de validade, especificações, cores, peso e o que mais se fizer necessário;

VI - empacotar as mercadorias e colocá-las a disposição para condução por parte da pessoa auxiliada, seja por meio de seu veículo próprio, seja por outros meios disponíveis (serviços de transportes em geral).

Art. 3º - As pessoas com deficiência e mobilidade reduzida deverão solicitar o auxílio estabelecido nesta Lei junto ao balcão de informações/atendimento ou, não havendo o referido setor, a qualquer funcionário do estabelecimento comercial.

Art. 4º - Os estabelecimentos previstos no art. 1º desta Lei deverão afixar em seus interiores, em local visível ao público consumidor, cartaz informando do direito previsto nesta Lei.

Art. 5º - Aos infratores desta Lei será aplicada multa, cujo valor será fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e de R\$ 10.000 (dez mil reais) caso haja reincidência.

Parágrafo único. Os valores arrecadados em multas serão destinados à um fundo especial do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE/BA.

Art. 6º - Os estabelecimentos previstos no art. 1º terão 6 (seis) meses para se adequarem às disposições desta Lei, em especial no que determina o art. 4º, a contar da data da publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor 6 (seis) meses após a sua publicação revogando-se as disposições contrárias.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de janeiro de 2023.

Deputada OLIVIA SANTANA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

Projeto do deputado Eduardo Salles, que institui a Política Estadual de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

Para relatar, deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Tiago Correia.

Deputado Alan e deputada Olívia, já foi votado um projeto; não terá como votar o segundo.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, passo a relatar o Projeto de Lei nº 21.472/2015, de autoria do deputado Eduardo Salles, que institui a Política Estadual de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

Esse projeto é de extrema relevância para o setor agropecuário do estado da Bahia, pois trata do cacau, força motriz de toda uma região, Sr. Presidente. Segundo as estimativas de representantes do setor, o cacau fino utilizado na produção de chocolate de qualidade representa apenas 5% da produção mundial, enquanto o restante é preenchido pelo chamado bulk, que é de padrão médio.

De acordo com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), aproximadamente 3% da produção brasileira de amêndoa é do tipo considerado como cacau fino e está concentrada na Bahia.

Dada a relevância desse projeto, Sr. Presidente, e analisando todas as questões regimentais, percebemos que o projeto se encontra dentro das boas normas legislativas. O parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 21.472/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o **Projeto de Lei nº 21.472/2015, em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças.**

PROJETO DE LEI Nº 21.472/2015

**Institui a Política Estadual de Incentivo à
Produção de Cacau de Qualidade.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Estadual de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade, com o objetivo de elevar o padrão de qualidade do cacau baiano por meio do estímulo à produção, industrialização e comercialização do produto em categoria superior.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se de categoria superior o cacau classificado como de alto padrão de qualidade por suas características físicas, químicas e sensoriais, de acordo com processos de análise e certificação reconhecidos pelo Poder Público.

Art. 2º - São diretrizes da Política Estadual de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade:

I – a sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção e dos produtores;

II – o desenvolvimento tecnológico da cacauicultura;

III – o aproveitamento da diversidade cultural, ambiental, de solos e de climas da Bahia para a produção de cacau de qualidade superior;

IV – a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais;

V – a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado;

VI – o estímulo às economias locais e a redução das desigualdades regionais;
e

VII – a valorização do Cacau do Estado da Bahia e o acesso a mercados que demandam maior qualidade do produto.

Art. 3º - São instrumentos da Política Estadual de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade:

- I – o crédito rural para a produção, industrialização e comercialização;
- II – a pesquisa agrícola e o desenvolvimento tecnológico;
- III – a assistência técnica e a extensão rural;
- IV – o seguro rural;
- V – a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada;
- VI – o associativismo, o cooperativismo e os arranjos produtivos locais;
- VII – as certificações de origem, social e de qualidade dos produtos;
- VIII – as informações de mercado; e
- IX – os fóruns, câmaras e conselhos setoriais, públicos e privados.

Art. 4º - Na formulação e execução da Política de que trata esta Lei, os órgãos competentes deverão:

- I - estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas;
- II – considerar as reivindicações e sugestões do setor cacaueiro e dos consumidores;
- III – apoiar o comércio interno e externo de cacau de qualidade superior;
- IV – estimular investimentos produtivos direcionados ao atendimento das demandas do mercado de cacau de qualidade superior ou fino;
- V – fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de variedades superiores de cacau e tecnologias de produção e industrialização que visem à elevação da qualidade do produto;
- VI – promover o uso de boas práticas agrícolas;
- VII – adotar ações de proteção fitossanitária visando elevar a qualidade da produção cacaueira;
- VIII – incentivar e apoiar a organização dos produtores de cacau de qualidade;
- IX – ofertar linhas de crédito e de financiamento para a produção e industrialização diferenciada do cacau de qualidade, sobretudo para reestruturação produtiva e renovação de cacauais, em condições adequadas de taxas de juros e prazos de pagamento;

Parágrafo único. Terão prioridade de acesso ao crédito e financiamento de que trata o inciso IX do caput, os agricultores:

- I – familiares, pequenos e médios produtores rurais;
- II – capacitados para a produção de cacau de qualidade superior ou fino; e
- III – organizados em associações, cooperativas ou arranjos produtivos locais

que agreguem valor ao cacau produzido, inclusive por meio de certificações de qualidade, de origem, de produção orgânica ou, ainda, por meio de selos sociais ou de comércio justo.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2015.

Deputado EDUARDO SALLES

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

O último projeto de deputado presente é o requerimento da deputada Olívia Santana, que já passou pela Mesa Diretora e concede o Título de Cidadã Baiana à cantora Alcione Dias Nazareth.

Para relatar, deputado Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, tenho o prazer de relatar ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia o requerimento no qual os líderes dos blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 3.040/2022, de autoria dessa grande deputada estadual Olívia Santana, que concede o Título de Cidadã Baiana à nossa querida e grande Alcione Dias Nazareth.

O projeto é constitucional e meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões o projeto que concede o Título de Cidadã Baiana à grande cantora Alcione.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **o Projeto de Resolução nº 3.040/2022, em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. Publicado no DOEL de 27/7/2022.**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

Por último, o projeto do deputado Tiago Correia. Quer dizer, o último projeto de deputados. Nós temos mais dois projetos. O do deputado Tiago Correia é o Projeto de Lei nº 25.101/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Eduardo Salles

O Sr. EDUARDO SALLES: Prezados colegas, venho apresentar o requerimento do Projeto de Lei nº 25.101/2023, de autoria do deputado Tiago Correia,

que denomina Boileau Dantas Wanderley Filho a estrada do Eixo Ímpar, trecho que liga o entroncamento da BR-349 até Agrovila 07, no município de Serra do Ramalho-BA.

Por ser constitucional e legal, solicito a aprovação do projeto.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.101/2023, em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças.

PROJETO DE LEI Nº 25.101/2023

Fica denominado BOILEAU DANTAS WANDERLEY FILHO, a estrada do Eixo Ímpar, trecho que liga o entroncamento da BR-349 até a Agrovila 07, no Município de Serra do Ramalho - BA.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado BOILEAU DANTAS WANDERLEY FILHO, a estrada do Eixo Ímpar, trecho que liga o entroncamento da BR-349 até a Agrovila 07, no Município de Serra do Ramalho - BA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2023.

Deputado TIAGO CORREIA - PSDB

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto.

Por último, o Projeto de Lei nº 24.495/2022, da deputada Fabíola, que institui o Dia Estadual da Consciência sobre a Síndrome de Down.

Para relatar, o deputado Hassan.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hassan.

O Sr. HASSAN: Boa tarde, Sr. Presidente. Coube a mim a honra de poder relatar esse projeto da deputada Fabíola Mansur.

Nós que fazemos parte do grupo técnico que discute exatamente essa questão dos transtornos de neurodesenvolvimento. E aqui, agora, a gente vem apresentar que

os líderes dos blocos da Maioria e da Minoria, na forma regimental, vêm requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.495/2022, de autoria da deputada Fabíola Mansur, que institui o Dia Estadual da Consciência sobre a Síndrome de Down.

E pela importância desse projeto, pela importância desse assunto, nós o apresentamos agora para votação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o voto do relator, deputado Hassan, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 24.495/2022, em 1ª discussão, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças.

PROJETO DE LEI Nº 24.495/2022

Institui o Dia Estadual da Consciência sobre Síndrome de Down.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no calendário oficial, o Dia Estadual da Consciência sobre a Síndrome de Down, a ser celebrado no dia 21 de março de cada ano.

Art. 2º - Para efeito do que trata o artigo anterior, o Poder Executivo, através dos órgãos diretamente vinculados às ações ligadas à proteção e defesa dos direitos humanos e da saúde, na data destacada, realizará seminários e debates para orientar, qualificar e fomentar a conscientização sobre a Síndrome de Down.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2022.

Deputada FABÍOLA MANSUR

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por último, o Projeto de Lei nº 19.976/2012, do deputado Rosemberg Pinto.

Para relatar, a deputada Fabíola.

Esse é o que institui o dia 2 de agosto como o Dia Estadual de Culto a Ancestralidade.

O Sr. Rosemberg Pinto: Fabíola é a mulher, a deputada que mais aprovou projetos e mais relatou projetos aqui. Vai receber um prêmio no final do ano.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, caro líder Rosemberg, da Maioria, e líder da Minoria, com muita honra eu tenho essas estatísticas de maiores relatorias porque são muitas as pautas, mas não de aprovação de projetos. Mas para esse, especificamente, a gente tem que pedir “agô” aos nossos ancestrais, porque aprovar um projeto, deputado Rosemberg, que institui o dia 2 de agosto como o Dia Estadual do Culto a Ancestralidade é também visibilizar aqueles que nos inspiram.

Ontem, estávamos em Cachoeira, fazendo, de uma certa maneira, um culto aos nossos ancestrais heróis que fizeram a guerra e ganharam, tornando o Brasil independente na Cachoeira. Mas os nossos ancestrais precisam também ser reverenciados pela Casa Legislativa.

Então, eu tenho, Sr. Presidente, a honra de relatar o Projeto de Lei nº 19.976/2012, de autoria do nobre amigo, líder, deputado Rosemberg Pinto, que vai instituir o 2 de agosto... Ao voltarmos do recesso já poderemos ter o Dia Estadual do Culto a Ancestralidade, que são todos os dias, mas, Sr. Presidente, é importante que em um estado como a Bahia a gente tenha especificamente um culto dedicado aos nossos ancestrais.

Opino pela sua aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o voto da relatora, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado **o Projeto de Lei nº 19.976/2012, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 19.976/2012

Institui o dia 02 de agosto como Dia Estadual de Culto à Ancestralidade.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o **dia estadual de culto à ancestralidade**, a ser comemorado no dia 02 do mês de agosto.

Art. 2º - A Assembleia Legislativa realizará sessão especial comemorativa à data.

Art. 3º - A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e a Secretaria de Promoção da Igualdade, deverão promover ações como forma de promoção e divulgação do culto à ancestralidade na Bahia.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2012.

Deputado ROSEMBERG PINTO

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu sei que o deputado Alan está fazendo a consulta aos seus pares, e é natural. Mas esse projeto, que é de iniciativa do governador Jerônimo Rodrigues, talvez seja um dos mais importantes para fomentar as pequenas e médias empresas do estado da Bahia, principalmente aquelas com algumas dificuldades com relação a dívidas com o estado. O projeto prevê um abatimento de 95% do valor original para que as empresas possam voltar a se estabelecer como instituições empreendedoras pós-pandemia. Nós vivemos o problema da pandemia, deputado Tiago, deputado Alan, V. Ex.^a que é empresário, em que muitas empresas tiveram muitas dificuldades para se manterem vivas ao longo desses anos.

Então, é natural que o projeto chegue num momento em que a Casa Legislativa está no final dos seus trabalhos. Mas eu queria pedir ao deputado Alan que, se possível, dialogasse com seus pares para que a gente possa dispensar as formalidades. É um projeto que qualquer um desta Casa gostaria de relatar porque é um projeto que não se impõe à empresa, a empresa é que se inscreve para se beneficiar dos descontos que o governo do estado dará para quitar suas dívidas. Ou seja, quase zera a dívida, porque dará 95% de desconto, em sua maioria, nas dívidas com o Tesouro estadual.

Eu acho que é um projeto de muita consequência, mas também entenderei o deputado Alan se a gente não conseguir resolver essa peleja hoje, aqui, por conta do diálogo que ele precisa ter com os seus pares, da mesma maneira que tive com os nossos pares aqui, para que a gente possa ajudar às empresas que, no período da pandemia, passaram por uma dificuldade muito grande.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado líder Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, veja bem, o deputado Rosemberg tinha, inclusive, falado comigo, conversado até antes do São João sobre esse projeto. Nós conversamos, se não me falha a memória, ainda no sábado. E o projeto demorou muito para chegar à Casa. E hoje a gente tinha um acordo com toda a bancada para votar, como o fizemos, o projeto da Defensoria.

Eu acho um projeto extremamente positivo esse do Refis, mas eu precisava conversar com a bancada. Eu não tive tempo porque chegou ainda agora. Então, na verdade, como líder, eu acabo representando toda a bancada. E a gente precisa maturar esse projeto para que, pelo menos, todos tenham conhecimento. Sendo assim, tentei algum contato aqui com alguns colegas, mas a gente vai preferir – estive aqui, com o deputado Tiago Correia presente – votar logo após o recesso. É um compromisso nosso, porque é um projeto importante para a Bahia e mais importante ainda para o empresariado, que teve alguma dificuldade, como V. Ex.^a falou, deputado Rosemberg, no período da Covid, da pandemia. Então, a gente fica acordado para a gente apreciar esse projeto logo após o recesso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Tiago.

Vai falar ainda, deputado Rosemberg?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Eu fiz o apelo ao deputado Alan. É natural... Realmente ele tem razão, o projeto chegou a esta Casa muito em cima. Nós imaginávamos que o projeto desse Refis era um projeto anterior, que nós já o havíamos votado. Só hoje é que detectamos que o projeto estava recentemente na Casa. Então, com isso eu entendo, deputado Alan, as dificuldades naturais. E vamos combinar, então, para que a gente possa, logo na primeira semana pós-recesso, dispensar as formalidades e votar. Se até o encerramento desta sessão, porque nós teremos uma outra ainda, que V. Ex.^a vai convocar, ele, de repente, conseguir convencer aos colegas aqui que tem validade, a gente pode votar na sessão extraordinária que, certamente, V. Ex.^a vai convocar para votar o segundo turno dos projetos que nós votamos aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu sou testemunha de que o deputado Alan, como líder, sempre tem sido um parceiro, tem contribuído, até porque esse projeto diz respeito à população da Bahia. Então, a gente entende, naturalmente.

Vou encerrar esta sessão e convocarei outra para logo após 1 minuto, para se votar em segundo turno os projetos que foram votados nesta tarde.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Alex da Piatã, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Ivana Bastos, Júnior Nascimento, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pancadinha, Patrick Lopes, Penalva, Ricardo Rodrigues (justificada), Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Samuel Júnior, Soane Galvão, Zé Raimundo Fontes e Zó. (31)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.